

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.26, n.7-8, p.1-39 julho/agosto 2004

SUMÁRIO

Vinte e cinco anos de Análise Conjuntural <i>José Moraes Neto</i>	2
Da bolha de recuperação ao crescimento sustentado <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
A performance das exportações brasileiras no ano de 2004 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	8
Indústria e comércio paranaenses: performance no primeiro semestre de 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	12
O nível de emprego no Paraná em 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	14
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Jennifer França Zacarias Silva, Amanda Rasmussen Zimovski, Ronald Jesus da Conceição e Shelbert Braz</i>	15
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	18

Vinte e cinco anos de Análise Conjuntural

*José Moraes Neto**

O boletim Análise Conjuntural está completando 25 anos neste mês de setembro de 2004, constituindo um dos produtos da atividade de fluxo contínuo realizada pelo IPARDES conhecida como análise de conjuntura.

Do ponto de vista conceitual, a análise conjuntural pode ser entendida como levantamento, reunião e interpretação de dados, informações e indicadores que permitam, de um lado, a identificação de sinais de antecipação das flutuações cíclicas da economia e, de outro, a intervenção política para confirmação, consolidação ou negação das principais tendências.

Em outras palavras, a análise conjuntural pode facilitar e/ou organizar a compreensão dos movimentos conjunturais da economia, reunir informações e conhecimentos para a tomada de decisões estratégicas nas áreas pública e privada voltadas à intervenção na trajetória das principais variáveis e permitir a avaliação do desempenho de políticas.

O embrião do boletim Análise Conjuntural do IPARDES surgiu em 1977, a partir de iniciativa de um grupo de técnicos da instituição envolvidos na construção de algumas referências básicas ao entendimento do panorama conjuntural nacional e regional, materializada no que veio a ser denominado "Projeto Jornal". Mais tarde, em 1979, houve a criação formal do boletim, de periodicidade mensal até 1990, ainda que com algumas lacunas.

Em 1991 a publicação passou a ter periodicidade bimestral e, no ano de 1993, sofreu ampla reformulação, culminando em sua consideração não como um fim em si mesmo, mas como resultado da sincronização de algumas atividades permanentes, tais como leitura, classificação e recorte de jornais, levantamento de informações quantitativas e qualitativas, contatos técnicos internos e externos, dentre outras.

Ainda em 1993 definiu-se a estratégia de diminuição da priorização das análises de caráter nacional e de incorporação e tratamento de questões mais ligadas ao cotidiano econômico e social regional. Dentro dessa concepção editorial foram inauguradas, em 1994, as seções "Paraná: Destaques Econômicos" e "Acompanhamento de Temas Sociais".

Essencialmente, a análise conjuntural do IPARDES está centrada na descrição, avaliação e previsão dos movimentos de curto prazo da economia e sociedade paranaenses, tendo como referência os rumos da política econômica nacional e buscando permanentemente a ampliação do grau de interação da instituição com os ambientes interno e externo, particularmente com os demais órgãos do governo estadual, os departamentos técnicos das entidades de classe e as entidades de pesquisa congêneres.

**Economista, Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo, Diretor-Presidente do IparDES.*

Da bolha de recuperação ao crescimento sustentado

Gilmar Mendes Lourenço*

Uma onda de otimismo invadiu definitivamente os meios econômicos brasileiros com a divulgação de indicadores positivos acerca do comportamento de curto prazo de diferentes variáveis do nível de atividade, desde o mês de abril de 2004. Os acompanhamentos mensais realizados por instituições de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e departamentos técnicos de entidades de classe, como o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), têm identificado tendência de recuperação da produção, vendas, pessoal ocupado, salários e grau de utilização da capacidade produtiva industrial e do faturamento do comércio varejista.

Os levantamentos também propiciam constatar redução do desemprego e aumento do rendimento médio dos trabalhadores (nas seis principais regiões metropolitanas) e ampliação do emprego formal e diminuição da inadimplência, além do prosseguimento da performance positiva do comércio exterior e das contas públicas do País, estas últimas conjugando acréscimos na arrecadação e encolhimento dos dispêndios correntes.

Particularmente quanto às contas externas, o Brasil fechou os primeiros sete meses de 2004 com saldo positivo de US\$ 7,9 bilhões nas transações correntes (balança de comércio e serviços e transferências unilaterais), o equivalente a 1,5% do PIB; e foi registrada recuperação dos fluxos de investimento direto estrangeiro e ampliação da renovação das dívidas contraídas pela iniciativa privada no exterior, principalmente depois do anúncio de elevação gradual dos juros pelo Banco Central dos Estados Unidos.

Observou-se ainda a melhoria dos indicadores de solvência das empresas. Segundo a Serasa, o número de falências decretadas caiu 15,1% no primeiro semestre de 2004. Foram fechadas 2.360 empresas nos primeiros seis meses de 2004 contra 2.780 nos primeiros seis meses de 2003, sendo este o primeiro desempenho satisfatório desde 2001.

No tocante à renda dos trabalhadores, levantamentos do Dieese denotam guinada nos resultados das negociações trabalhistas em 2004. Aproximadamente 80,0% dos acordos coletivos celebrados no primeiro semestre incorporaram pelo

menos a reposição da inflação passada, quase o dobro do verificado nos primeiros seis meses de 2003. Ademais, pouco menos da metade dos acordos asseguraram reajustes acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), correspondendo à melhor performance desde 1996, contra 19,0% no mesmo período de 2003, o pior desempenho desde o lançamento do Real.

Para coroar a etapa ascendente, o PIB cresceu 4,2% nos primeiros seis meses de 2004, representando a maior expansão semestral desde 2000, puxada pelos setores da agropecuária e indústria, que cresceram 5,7% e 4,7%, respectivamente. Os desempenhos mais expressivos couberam às indústrias de bens de capital (25,2%) e de bens de consumo duráveis (23,9%), comércio (7,6%) e transportes (6,9%).

Pela ótica da demanda, as maiores performances ocorreram nas exportações (17,8%), importações (13,0%) e formação bruta de capital fixo (6,8%), enquanto o consumo das famílias e os dispêndios do governo registraram incrementos ainda modestos de 3,1% e 1,4%, respectivamente.

Diante disso, o governo, a iniciativa privada e a esmagadora maioria dos formadores de opinião diagnosticaram a superação da recessão – instalada no sistema econômico brasileiro no primeiro semestre de 2003 – e o começo da retomada consistente do crescimento, ao sabor e conveniência da retórica do “espetáculo”, profetizado há um ano pelo presidente Lula e deflagrado, por coincidência, com o ciclo eleitoral.

Recente investigação de expectativas apurada pela CNI não deixa qualquer dúvida quanto à reversão dos cenários pessimistas e à elevação da confiança dos empresários na economia brasileira, evidenciada pelo aumento das contratações de mão-de-obra com registro em carteira, o que, por extensão, contribui para a amenização dos desequilíbrios previdenciários. Na mesma tendência, a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, divulgada pela FGV, constatou situação de negócios considerada boa por cerca de 1/3 das companhias industriais brasileiras, a melhor avaliação desde abril de 1995.

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da FAE Business School, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES.

Contudo, sem entrar no mérito das interpretações triunfalistas ou das incursões mais críticas, um breve auxílio da ciência econômica permite esclarecer que tipo de fase ou de movimento estaria sendo trilhado pela economia brasileira nos dias atuais.

É inegável que a base produtiva do País atravessa um período de reativação, em resposta à consolidação do curso favorável das variáveis exógenas e da inversão de tendência das influências domésticas. O Brasil vem colhendo os frutos de seu encaixe perfeito no crescimento da economia internacional, ancorado nos Estados Unidos e nos países asiáticos, primordialmente na China, e seus impactos nas cotações das *commodities*. Adicionalmente, a parcela da estrutura produtiva mais articulada ao mercado interno começou a acusar reação aos efeitos multiplicadores dinâmicos das exportações e à estratégia de redução dos juros praticada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central durante o segundo semestre de 2003.

*Observa-se uma conjugação
virtuosa de fatores no ciclo de
utilização das margens de ociosidade*

Essa combinação virtuosa de fatores estaria na raiz do “ciclo de utilização de capacidade ociosa das indústrias” e da explicação dos números animadores nas áreas de comércio exterior, de consumo de bens duráveis e, em menor medida, de não-duráveis e semiduráveis (alimentos, calçados e roupas). Ainda assim, trata-se apenas de atributos de um cenário menos restritivo, típico de um curso de recuperação cíclica, puxada pelas exportações e pela parte do consumo interno movida a crédito e/ou à concentração de renda, o que pode facilitar a convergência na direção de uma etapa de crescimento auto-sustentado. Seria a parte fácil da reativação que, inclusive, estaria acontecendo sobre uma base de comparação deprimida, o ano de 2003, quando o PIB brasileiro declinou 0,2%, situação que só não foi pior graças ao dinamismo do agronegócio exportador.

No entanto, convém sublinhar que a transformação da presente rota de recuperação em outra de retomada da variação do PIB potencial depende da exaustão das margens de ociosidade do parque fabril e do desengavetamento dos projetos públicos e privados em ampliação do potencial produtivo, sob pena de o curso expansivo vir a ser abortado por choques de oferta, como o racionamento de energia elétrica de 2001, e as subjacentes pressões sobre as importações e, na seqüência, sobre os preços, que restringiriam ainda mais as margens de manobra para decisões de redução dos juros.

No rol de pressões de oferta, emerge a iminência de uma mudança nos patamares dos preços do barril de petróleo – que passaram dos US\$ 32,0 no começo do ano para a faixa entre US\$ 40,0 e US\$ 50,0 –, implicando arrefecimento do ritmo de crescimento da economia mundial e o reaparecimento de fontes de inflação dos bens e serviços importados pelos diferentes sistemas econômicos.

Cabe enfatizar que a escalada das cotações do óleo no mercado internacional advém de desajustes entre demanda e oferta. A demanda encontra-se superaquecida pela ampliação do consumo no verão dos EUA e pelo prosseguimento da rápida expansão chinesa, enquanto a capacidade de suprimento potencial pode ser comprometida pelos reduzidos investimentos realizados nas últimas duas décadas e pelos riscos de descontinuidade de fornecimento do petróleo em razão de fatores geopolíticos, em particular a ocorrência de atentados terroristas no Iraque e em outros países do Oriente Médio.

Há quem argumente também com a possibilidade de ocorrência de um apagão logístico no Brasil, dada a insuficiência dos investimentos em transportes, particularmente em rodovias e ferrovias e na capacidade de movimentação de cargas dos portos, o que pode prejudicar o escoamento da produção e comprometer o esforço exportador realizado pelo País. A propósito disso, ao final do primeiro semestre de 2004 haviam sido aplicados menos de 5,0% da reduzida quantia de R\$ 1,0 bilhão alocada no orçamento da União para a manutenção da malha rodoviária.

É interessante não perder de vista a idéia de que o sacrifício das inversões infra-estruturais deriva também da perseguição do cumprimento dos objetivos de ajuste fiscal, em regime de predominância de gastos primários fixos e pouco comprimíveis, como folha de salários e encargos sociais e dispêndios com saúde e educação. Tanto é assim que o dispêndio obrigatório do governo federal subiu de 11,2% para 14,3% do PIB entre 1997 e 2003.

Nesse contexto, a Sondagem Conjuntural da FGV, antes referida, apurou, no começo de julho de 2004, utilização de capacidade instalada industrial média de 84,2%, o maior nível desde abril de 1995, quando atingiu 86,0%. Na comparação com o mês de julho, o índice de 2004 só perde para 1980, ocasião em que a ocupação atingiu 85,0%, auge do superaquecimento econômico decorrente das políticas monetária e fiscal frouxas implementadas pelo ministro da Fazenda Delfim Neto, na contramão da trajetória de ajuste da economia mundial aos choques de petróleo e de juros.

Atualmente, alguns segmentos já operariam no limite técnico de plena capacidade (acima de 90,0%), como metalurgia, borracha, celulose, papel e papelão, plásticos, perfumaria e têxtil, e/ou acima da média dos últimos dez anos, como mecânica, química, madeira e mobiliário. Seria importante relativizar aqui os resultados de comparações com o passado mais remoto, em face da possibilidade de melhor aproveitamento do capital fixo ligada aos avanços tecnológicos introduzidos.

Pontualmente, é possível identificar casos de empresas que não conseguem suprir a demanda, como os fabricantes de rolamentos, ou que têm recusado encomendas para não sacrificar os compromissos de exportações, como as plantas siderúrgicas. Mas as pressões sobre o saldo comercial serão quase que inevitáveis, em não havendo a pronta elevação dos investimentos em nova capacidade em tais ramos.

Nesse ponto, chama a atenção o salto no uso da capacidade instalada da indústria de bens de capital, que subiu de 71,0% para 82,0% em um ano, e a ampliação de 37,0% nos valores desembolsados pelo BNDES nos primeiros sete meses de 2004, concentrados na indústria mecânica. Ambas as informações indicam a elevação dos investimentos no sistema econômico. Castro enxerga tais fenômenos como consequência da ação das empresas privadas na tentativa de combinar o desrepresamento de oportunidades e a autoproteção nas exportações, “numa atitude, assinala-se, eminentemente defensiva”.¹

Levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) demonstra acréscimo de 30,1% nos investimentos anunciados por grupos privados nacionais e estrangeiros no Brasil no primeiro semestre de 2004 contra igual período de 2003. Trata-se de R\$ 47,2 bilhões, liderados por mineração (31,1%), siderurgia (12,3%), infra-estrutura (10,6%), telecomunicações (10,3%), metalmeccânica (7,6%) e transportes (7,0%).

Entretanto, as estatísticas de produção industrial do IBGE, relativas ao primeiro semestre de 2004, comprovam a ocorrência de um ciclo de recuperação destituído de plena sincronização. O nível de produção manufatureira do País cresceu 7,7% nos primeiros seis meses de 2004, em comparação a igual período de 2003, puxado pelas categorias fabricantes de bens de capital (25,2%) e bens de consumo duráveis (23,9%). Além da comprimida base de comparação, contribuíram para esse desempenho a combinação entre expansão da demanda externa, da renda agrícola e da procura interna, esta última movida prioritariamente a crédito, o que pode ser confirmado pelas variações expressivas em material eletrônico e de comunicações (35,4%), veículos (26,1%) e máquinas e equipamentos (16,2%).

A par disso, percebeu-se incremento moderado nas indústrias de bens intermediários e de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis (6,2% e 2,1%, respectivamente). No caso dos bens intermediários, a menor velocidade de crescimento pode ser atribuída à exaustão da capacidade produtiva de alguns ramos e à compressão dos dispêndios e inversões do setor público. Já a performance modesta dos não-duráveis e semiduráveis traduz a lenta restauração do mercado interno, particularmente da massa salarial (emprego e rendimentos), conforme pode ser observado na tabela 1.

TABELA 1 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO CATEGORIAS DE USO - 2004

CATEGORIAS DE USO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Acumulada no ano até junho	Acumulada em doze meses até junho
Bens de capital	25,2	16,6
Bens intermediários	6,2	3,9
Bens de consumo	6,1	1,5
Duráveis	23,9	14,9
Semiduráveis e não-duráveis	2,1	-1,4
Indústria Geral	7,7	4,0

FONTE: IBGE/DPE

Todavia, a maior complexidade do estágio de retomada, exigindo elevação rápida e continuada dos níveis de investimentos produtivos e nos gargalos de bens intermediários e de infra-estrutura – atualmente em 18,0% do PIB, praticamente o mesmo patamar da década perdida dos anos de 1980 –, esbarra na persistência de graves distorções macroeconômicas. Dentre elas destacam-se os ainda elevados níveis de desemprego, de vulnerabilidade externa e de relação dívida/PIB e os reduzidos estoques de reservas cambiais líquidas (próximos dos US\$ 22,0 bilhões), contabilizados pelo País.

A maior complexidade do estágio de retomada do crescimento esbarra na persistência de graves distorções macroeconômicas

É prudente advertir para a premência da construção de um verdadeiro “bloco de investimentos” em insumos básicos, matérias-primas e, principalmente, infra-estrutura, capazes de promover aumentos de capacidade produtiva de forma antecedente ao ciclo econômico.

O mais preocupante é que o retorno da disposição de efetivação de investimentos impõe a criação de um grupo de requisitos absolutamente ausente do ambiente econômico e institucional do País no período recente. A ativação de novos projetos está diretamente associada ao aparecimento de componentes pró-competitividade que resultem em alterações de rentabilidade nas diferentes modalidades de aplicação de recursos.

Para tanto, seriam indispensáveis a compressão do custo e a ampliação da oferta de crédito, a redução dos depósitos compulsórios, a diminuição e simplificação da carga tributária (e a consequente diminuição da informalidade), a recuperação da taxa de câmbio e a definição e execução de regras jurídicas claras e perenes para a área de infra-estrutura. Em um país com fardo tributário equivalente a 37,0% do PIB, o Estado não deveria estar tão preocupado com a viabilização de inversões pesadas por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Até porque parece ingênua a aposta de uma bolha de recuperação poder virar crescimento sem a promoção de modificações radicais no arcabouço da política macroeconômica adotada desde 1999, fundamentado na sincronização entre juros reais elevados (para assegurar o cumprimento das metas de inflação), superávit fiscal primário (para estabilizar a dívida pública) e câmbio flutuante sem controle dos fluxos de capitais (para o equilíbrio das contas externas).

Esse modelo, em regime de indexação das tarifas públicas e de liberalização dos preços privados em ambiente de abertura comercial, tende a impulsionar custos e a impedir recomposição de margens, instaurando dúvidas acerca do horizonte dos investimentos, mesmo para as cadeias que exibem saturação da capacidade produtiva. Adicionalmente, o conservadorismo da gestão

¹CASTRO, Antonio Barros de. *Crescimento sim, de novo tipo*. **Folha de S. Paulo**, 11 ago. 2004. Caderno Dinheiro, p.B2.

econômica vem obrigando algumas empresas, especialmente do segmento automotivo, a implantarem iniciativas improvisadas para contornar as deficiências infra-estruturais (principalmente portuárias, sintetizadas na carência de contêineres e de navios) e/ou a insuficiência de matérias-primas.

As condutas alternativas incluem a acumulação de estoques (borracha para mangueiras), a utilização da via aérea para as compras externas de insumos (barras de aço) e a reserva de espaço com mais de um armador pelos exportadores em geral. Esse último expediente, conhecido como *overbooking*, é praticamente neutralizado pelo superdimensionamento da oferta de vagas pelos armadores. A logística de transportes também vem sendo prejudicada pelos expressivos saldos da balança comercial, forçando despesas adicionais com a importação de contêineres vazios.

Em síntese, a austeridade fiscal gerou um superávit primário nas contas públicas de R\$ 46,2 bilhões no primeiro semestre de 2004, o equivalente a 5,76% do PIB, superando em R\$ 13,6 bilhões a meta acordada como o Fundo Monetário Internacional (FMI), resultado da arrecadação recorde de R\$ 156,0 bilhões e dos dispêndios de apenas 5,6% do total programado e autorizado pelo governo federal para o período. Com isso, a dívida pública recuou de 58,7% do PIB em dezembro de 2003 para 56,0% em junho de 2004.

A montagem das bases de um novo ciclo expansivo requer políticas industriais e a desativação da bomba de efeito retardado do endividamento público

No fundo, a restauração das bases de um novo ciclo expansivo, ancorado nos investimentos, passaria pela formulação e implementação de políticas industriais e pela desativação da bomba de efeito retardado do endividamento público. As estratégias industriais deveriam assegurar a intensificação da diversificação da pauta e dos mercados de exportação e, conseqüentemente, a sustentabilidade dos superávits comerciais e o declínio da dependência dos capitais voláteis para o fechamento do balanço de pagamentos, por meio de um maior controle dos fluxos de capitais e de uma prática mais agressiva de acumulação de reservas em moeda forte.

A esse respeito, afigura-se relevante resgatar as raízes históricas dos superávits comerciais, plantadas nos anos de 1980. Naquela época, o País executava um dramático ajuste no balanço de pagamentos, depois de mais um ciclo de endividamento externo, resultante da complementação da fase substitutiva de importações, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Geisel, e agudizado pelo choque de petróleo e de juros internacionais no final de 1979.

Mais precisamente, após uma conduta frouxa e equivocada na direção da continuidade da aceleração da demanda agregada entre agosto de 1979 e outubro

de 1980, na contramão da trajetória mundial, que agravou os constrangimentos econômicos gêmeos (encargos da dívida externa e inflação), o Brasil passou a implantar uma política fortemente contracionista do mercado interno e incentivadora das exportações.

Reforçada por arrochos salariais sem precedentes e permanentes desvalorizações cambiais, a estratégia de austeridade monetária e fiscal foi capaz de gerar crescentes e enormes saldos comerciais para a obtenção de dólares líquidos destinados ao pagamento dos encargos da dívida externa e a diminuição da exposição dos grandes bancos internacionais em suas operações no País.

Esse quadro atingiu seu ápice em 1984, quando, com a reativação da economia mundial, puxada pelos Estados Unidos (EUA), o Brasil conseguiu ingressar em uma fase de recuperação, sustentada nas exportações e beneficiada pela quebra de safra norte-americana, o que elevou as cotações internacionais dos produtos primários e impactou internamente nos mercados de insumos e de máquinas agrícolas.

É importante compreender a influência decisiva exercida na geração dos saldos positivos na balança comercial pelos segmentos incentivados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), particularmente na área de insumos básicos (aço, papel, minério de ferro e derivados de petróleo), além das atividades tradicionais do agronegócio, que se tornaram competitivas em escala mundial.

A propósito das razões dos superávits e da queda estrutural das importações brasileiras, o polêmico debate protagonizado, ainda nos anos de 1980, pelos economistas Antônio Delfim Neto e Antônio Barros de Castro, foi extremamente interessante para a avaliação dos méritos e dos equívocos contidos na forma de financiamento da implantação do II PND. Enquanto Delfim alegava que os superávits haviam sido ocasionados pela mistura entre a estratégia recessiva e os incentivos às exportações, alterando a direção da economia brasileira rumo ao exterior (*drive exportador*), Castro defendia fervorosamente o pensamento de que os enormes saldos comerciais registrados eram resultantes, em grande medida, dos ganhos de competitividade contabilizados pela indústria brasileira, embutidos no ajuste estrutural patrocinado pelo II PND.

Porém, a despeito da relevância da internalização de vários elos de diferentes cadeias produtivas, substituindo importações e diversificando exportações, o sistema econômico brasileiro revelou flagrante incapacidade de, em fases subseqüentes, conciliar expansão da demanda interna com manutenção dos saldos comerciais, como bem comprovam os momentos vividos em 1986 – com explosão de consumo associada ao acréscimo da massa de rendimentos e ao congelamento de preços definido pelo Plano Cruzado – e o segundo semestre de 1994, com o Plano Real.

Em grande medida, essa anomalia pode ser imputada à inserção menos vantajosa do País na divisão internacional do trabalho, marcada pelo hiato de

dinamismo entre os mercados de bens de maior densidade tecnológica e os dos bens primários. Conforme dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), a participação das exportações de bens agrícolas e minerais no total do comércio mundial recuou de 42,0% em 1980 para 21,0% em 2003. Enquanto isso, o peso de equipamentos de telecomunicações e de escritório subiu de 4,0% para 13,0% no mesmo intervalo.

Mais precisamente, a pauta brasileira de exportações tem permanecido centrada em bens de menor grau de elaboração, menos dinâmicos no mercado internacional, em razão da perversa articulação entre reduzidos níveis de investimentos e diminuta produção e difusão de inovações tecnológicas no Brasil, numa etapa em que o mundo selava a Terceira Revolução Industrial, centrada na microeletrônica, química fina, mecânica de precisão, novos materiais e biotecnologia. Ressalte-se que mesmo com a reestruturação industrial defensiva promovida pela iniciativa privada do País ao longo dos anos de 1990, esse panorama não sofreu modificações radicais.

Não obstante, é forçoso reconhecer que o apreciável ajuste do balanço de pagamentos promovido entre 2002 e 2004 resulta da virtuosa concatenação de fatores favoráveis ao setor exportador, como a influência positiva da superdesvalorização cambial de 2002, a compensação dos efeitos negativos da sobrevalorização de 2003 produzida pela forte expansão da demanda mundial e a ainda pouco expressiva interferência do aumento das importações associado à recuperação da economia.

O desmonte da volatilidade do passivo do setor público impõe a reestruturação da dívida em prazos mais elásticos e com juros menores

Quanto ao desmonte da volatilidade do passivo do setor público, este abarcaria a conjugação entre redução da propensão do segmento financeiro a operar no curto prazo, cobrando *spreads* (diferença entre o preço final do crédito e o de captação do recurso, também conhecido como taxa de risco) estratosféricos, e reestruturação da dívida (em prazos mais elásticos e juros menores), incluindo a possibilidade de conversão da mesma em investimentos. Aliás, o alongamento dos mecanismos e modalidades de poupança financeira pode ensejar a maior disponibilização de oferta de crédito ao setor privado.

Caberia qualificar aqui o fato de o Banco Central do Brasil praticar os maiores juros reais do mundo e a segunda maior taxa nominal, atrás somente da Turquia, motivado pela intransigente perseguição das apertadas metas de inflação, pela necessidade de financiamento do balanço de pagamentos com capitais de curto prazo – funcionando como poupança externa, dada a insuficiência dos investimentos diretos e dos empréstimos internacionais e do incipiente retorno dos déficits comerciais –, pelos progressivos déficits fiscais

e financeiros do setor público – cobertos por poupança privada intermediada pelos agentes financeiros – e pela operação oligopolizada do segmento financeiro.

Esse conjunto de fatores permite ao sistema financeiro atuante no Brasil a cobrança dos mais elevados *spreads* do mundo, representando cerca de 30,0% em média, sendo mais de 50,0% para as pessoas físicas, conforme levantamentos do Banco Mundial. Apenas a título de comparação, o *spread* praticado no México é de 12,0%, no Chile 5,6%, na Zona do Euro 3,2% e na Argentina e Estados Unidos 2,8%.

Na verdade, o *spread* incorpora os custos administrativos, a inadimplência (prêmio de risco de crédito, agravado pela ausência de proteção jurídica aos credores pelas necessidades de aumento de provisões contra atrasos e falta de pagamento pelos devedores), a cunha fiscal (engrossada pelos compulsórios), e as margens de lucro dos intermediários financeiros, sendo que estas respondiam por cerca de 40,0% do *spread* em 2003 contra 18,0% em 1999.

Por fora, concorre para a manutenção dos enormes *spreads* o perfil do financiamento dos desequilíbrios das contas públicas, centrado no curto prazo, com resgates automáticos dos papéis do governo, e desprovido de riscos, induzindo os bancos a privilegiarem os empréstimos ao setor público em detrimento da disponibilização de recursos à iniciativa privada.

Na linha da desobstrução das restrições à formulação de um padrão de financiamento, afigura-se extremamente relevante a diminuição da cunha fiscal das aplicações de longo prazo e em renda variável, o que fortaleceria o mercado de capitais. Só em caráter de ilustração, o volume de emissões primárias na Bovespa declinou de R\$ 42,8 bilhões em 2000 para R\$ 9,5 bilhões em 2003.

Nessa perspectiva, o recente anúncio de medidas de desoneração de tributos para algumas áreas (especialmente a exclusão da cobrança do PIS e da Cofins das receitas financeiras das empresas e a diminuição de 3,5% para 2,0% da alíquota de IPI sobre bens de capital até 2006, quando será zerada) e de redução do Imposto de Renda (IR) para aplicações financeiras de longa maturação (fundos de renda fixa, ações, letras de crédito imobiliário e fundos de pensão) constitui o primeiro passo do regresso da discussão de uma reforma tributária para o País. Por exemplo, os fundos de previdência complementar sofrerão alteração de taxa do IR, com a elevação da alíquota média de 27,5% atual para 35,0%, no caso de saques em até dois anos, e, a partir daí, o declínio gradativo até atingindo incidência de 10% nos resgates em até dez anos ou mais.

Em paralelo, o programa de expansão e modernização dos portos, abarcando abrangente desoneração de tributos (IPI, Imposto de Importação, PIS/PASEP e Cofins) para a compra externa de ativo fixo portuário sem similar nacional, pode contribuir para a eliminação de um dos gargalos ao aprimoramento da competitividade da economia brasileira.

A performance das exportações brasileiras no ano de 2004

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Nos sete primeiros meses deste ano, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 52,30 bilhões, valor que correspondeu a um aumento de 33,73% em comparação aos US\$ 39,11 bilhões registrados no mesmo intervalo de 2003. Tal desempenho, conjugado a um crescimento menos relevante das importações (26,74%), assegurou saldo positivo de US\$ 18,52 bilhões na balança comercial, acima dos US\$ 12,45 bilhões relativos ao período janeiro-julho do ano passado.

Diante desses bons números, o governo federal elevou sua projeção para as vendas externas no exercício de 2004, de US\$ 88 bilhões para US\$ 90 bilhões, alterando, conseqüentemente, a meta de superávit comercial para US\$ 30 bilhões. Isso significa que o País deverá contabilizar novamente resultado positivo nas transações correntes, que já apresentam superávit de US\$ 4,42 bilhões no acumulado dos seis primeiros meses deste ano. Em 2003, a conta corrente apresentou saldo de +US\$ 4,02 bilhões, após dez anos consecutivos de déficits.

A evolução das vendas ao exterior garantiu também razoável queda na relação dívida externa bruta/exportações. Em abril de 2004, o endividamento externo equivaleu a 2,63 vezes o valor das exportações (considerando as vendas realizadas em doze meses, de maio de 2003 a abril de 2004), ficando abaixo, por exemplo, dos resultados obtidos entre os anos de 1990 e 2002, que variaram de 3,41 (1994) a 5,03 (1999). Portanto, não há dúvida quanto às melhores condições de solvência externa estabelecidas pelo crescimento das receitas do segmento exportador, a despeito da distância em relação aos indicadores dos países classificados como grau de investimento (o México, por exemplo, apresenta uma razão entre dívida externa e exportações de 0,7).

Em uma avaliação desagregada, nota-se que alguns produtos contribuíram sobremaneira para a significativa ampliação das exportações nacionais, como é o caso dos bens agropecuários e agroindustriais. De janeiro a julho de 2004, as vendas externas dos grupos soja, carnes, cereais, açúcar e café somaram US\$ 12,86 bilhões, o que representou elevação de 52,77% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos absolutos, houve acréscimo da ordem de US\$ 4,44 bilhões, ou seja, os referidos grupos responderam por mais de um terço do aumento das exportações totais (US\$ 13,19 bilhões).

No que tange especificamente ao complexo soja, sobressaíram as vendas do produto *in natura*, com expansão de 43,99% em relação aos sete primeiros meses de 2003, passando de US\$ 2,58 bilhões para US\$ 3,71

bilhões (tabela 1). A notável evolução das receitas com a comercialização da soja em grão decorre não somente do incremento nos embarques, que saltaram de 12,26 milhões para 13,15 milhões de toneladas, mas também do comportamento favorável dos preços, tornando nítidas as condições propícias do mercado internacional.

Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a cotação média da oleaginosa no período janeiro-maio de 2004 atingiu US\$ 302,36/tonelada, 40,02% acima do valor referente a igual intervalo do ano anterior, considerando o preço FOB no Porto de Paranaguá. No entanto, é importante salientar que as projeções apontam para declínio das cotações, em razão do provável aumento dos estoques mundiais, derivado da recuperação da produção norte-americana e da expansão do cultivo na América do Sul.

Da mesma maneira, as vendas de óleo e farelo de soja cresceram por conta da ascensão das quantidades embarcadas e dos preços pagos aos exportadores. Enquanto as vendas de óleo bruto avançaram de US\$ 529,64 milhões para US\$ 748,78 milhões (variação de 41,37%), as receitas concernentes ao farelo subiram de US\$ 1,26 bilhão para US\$ 2,03 bilhões (61,35%), conferindo maior representatividade ao complexo soja, segmento que atualmente responde por 12,58% das exportações brasileiras.

Quanto ao complexo carnes, foram registradas vendas de US\$ 3,32 bilhões, suplantando em 59,37% o valor alcançado em janeiro-julho de 2003, com destaques para as carnes bovina e de frango (*in natura*), que apresentaram aumentos de 83,82% e 60,93%, respectivamente. Além da competitividade dos produtores brasileiros, o expressivo desempenho setorial reflete o prolongamento das crises sanitárias em alguns países e a conseqüente abertura de oportunidades comerciais, ampliadas pelas ações voltadas à promoção das exportações para novos mercados.

Para evidenciar o avanço em nível internacional, 93 países adquiriram a carne bovina brasileira (não industrializada) no presente exercício, número superior ao registrado nos sete primeiros meses do ano passado, quando 68 nações importaram o produto. Em paralelo, a relação dos compradores de carne de frango *in natura* cresceu de 105 para 124 países, o que comprova a diversificação de mercados, apesar da importante participação dos principais importadores, como o Japão e a Arábia Saudita, na ampliação das vendas externas da mercadoria.

*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

Acompanhando o complexo carnes, as exportações de cereais contabilizaram pronunciado incremento de 328,96%, com receitas de US\$ 670,65 milhões até julho. Como se sabe, o comportamento das vendas do grupo foi determinado pela elevação dos embarques de milho, de 1,44 milhão para 3,71 milhões de toneladas, denotando menor dependência da comercialização do produto em relação ao consumo doméstico. É interessante citar que as exportações nacionais de milho se concentraram no Paraná, estado que respondeu por 75,88% do valor de US\$ 435,08 milhões relativo às vendas nacionais do grão.

No que se refere aos grupos açúcar e café, houve acréscimos de, respectivamente, 38,76% e 29,08%. No caso do complexo açucareiro, cujas exportações saltaram de US\$ 910,38 milhões para US\$ 1,26 bilhão, merece destaque o comércio de açúcar refinado, que exibiu expansão de 67,56%, acima da variação registrada pelo açúcar bruto (20,59%). Com relação ao grupo café, prevaleceram as vendas do grão cru, mercadoria que garantiu divisas da ordem de US\$ 869,19 milhões ao País, superando em 27,07% o resultado obtido no período janeiro-julho de 2003 (US\$ 684,01 milhões).

Além dos segmentos do agronegócio, apresentaram forte dinamismo as exportações dos grupos material de transporte, produtos metalúrgicos, máquinas e instrumentos mecânicos e minérios metalúrgicos, com variações de 41,77%, 39,55%, 44,53% e 37,53%, respectivamente. A considerável performance da indústria de material de transporte está diretamente relacionada às vendas de aeronaves, responsáveis atualmente por 23,80% das receitas setoriais. No intervalo em análise, o aumento absoluto das exportações de aviões (US\$ 823,09 milhões) correspondeu a 39,04% do crescimento absoluto do grupo (US\$ 2,11 bilhões), o que salienta a contribuição da Embraer, quarta maior fabricante mundial de aeronaves, na evolução das vendas externas do complexo material de transporte.

Nesse segmento, sobressaíram ainda as exportações de automóveis, com taxa de crescimento de 33,18%, subindo de US\$ 1,34 bilhão para US\$ 1,78 bilhão. A ascensão dos automóveis foi sustentada pela ampliação do comércio com os países latino-americanos, como efeito principalmente da recuperação da economia argentina e da oficialização do acordo automotivo Brasil-México. Por outro lado, as vendas destinadas aos Estados Unidos caíram de US\$ 292,20 milhões em janeiro-julho de 2003 para US\$ 103,46 milhões no mesmo intervalo deste ano, o que pode ser atribuído à opção das montadoras instaladas no País pela não renovação/modernização de algumas linhas de produtos, restringindo o ingresso em mercados que exigem veículos de última geração, como o norte-americano.

Passando ao grupo máquinas e instrumentos mecânicos, verifica-se que o aumento de 44,53% nas receitas sofreu influência das vendas de máquinas de terraplanagem e aparelhos agrícolas, que progrediram 116,74% e 82,00%, respectivamente. Ademais, as exportações de compressores e bombas apresentaram expressiva alta, em virtude principalmente da elevação das compras pela Alemanha, Turquia, Argentina e pelos Estados Unidos.

Na mesma direção, as receitas cambiais geradas pela comercialização de produtos metalúrgicos

avançaram 39,55% (US\$ 5,54 bilhões em 2004, contra US\$ 3,97 bilhões em 2003), cabendo mencionar a trajetória ascendente das vendas de laminados planos de aço, com salto de US\$ 696,99 milhões para US\$ 1,12 bilhão. Já as exportações de minérios metalúrgicos contabilizaram variação positiva de 37,53%, em função dos novos contratos para fornecimento de minério de ferro. É de conhecimento geral que o bom desempenho das vendas de minério de ferro decorre, em grande medida, das importações realizadas pela China, que ascenderam de US\$ 392,90 milhões para US\$ 563,89 milhões, como reflexo do significativo crescimento econômico do país asiático.

O papel fundamental das *commodities* na expansão do comércio exterior fica ainda mais claro quando se classificam as exportações brasileiras por fator agregado. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a participação dos produtos básicos nas vendas externas do País passou de 28,93% nos sete primeiros meses de 2003 para 31,44% em janeiro-julho deste ano, dada a elevação de 45,31% no faturamento gerado pelas referidas mercadorias, variação superior à das exportações totais (tabela 2). Somente a título de comparação, os bens básicos responderam por 24,93% das vendas do Brasil há dez anos (também no intervalo janeiro-julho), não deixando dúvidas quanto ao avanço dessa categoria de produtos na pauta de exportação.

Em contrapartida, as mercadorias semimanufaturadas e manufaturadas alcançaram participações de 13,95% e 53,10%, respectivamente, abaixo dos percentuais referentes aos sete primeiros meses do ano passado, não obstante os razoáveis aumentos absolutos das suas vendas. Por isso, pode-se afirmar que o crescimento das exportações nacionais tem como principal fator condicionante o comércio de *commodities* (conceito que não se limita aos produtos básicos da classificação por fator agregado), embora tenha sido registrado expressivo incremento nas vendas de vários segmentos industriais, dedicados à produção de mercadorias de alto conteúdo tecnológico.

Entre os determinantes da ampliação das vendas das *commodities*, vale ressaltar o aumento da demanda por parte de alguns mercados importantes, caracterizados pela complementaridade em relação à economia brasileira. Tal movimento é comprovado pelas crescentes importações de produtos minerais e agroalimentares pela União Européia e China, evidenciando a posição do País como fornecedor de alimentos e matérias-primas para a indústria.

Por fim, a evolução recente das exportações de bens industrializados pode ser imputada ao estabelecimento de novos canais de comercialização no exterior, conseqüência direta das baixas taxas de crescimento da economia brasileira nos últimos anos e do elevado ônus tributário incidente sobre as transações internas. Em outras palavras, a dinâmica das exportações não vem sendo determinada unicamente pela taxa de câmbio, que apresenta relativa estabilidade desde o segundo trimestre de 2003. Mesmo assim, é inegável que os bons resultados obtidos pelo segmento exportador têm relação com um processo de redirecionamento das empresas ao mercado internacional iniciado em 1999, ano em que ocorreu a mudança no regime cambial.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JAN-JUL 2003-2004

continua

GRUPO/SUBGRUPO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIÇÃO ABSOLUTA (US\$ FOB)	VARIÇÃO RELATIVA (%)
	Jan.-Jul. 2004	Jan.-Jul. 2003		
Material de transporte e componentes	7 922 637 262	5 588 248 263	2 334 388 999	41,77
Aviões	1 885 529 053	1 062 436 049	823 093 004	77,47
Automóveis	1 784 396 491	1 339 864 893	444 531 598	33,18
Autopeças	1 047 719 295	815 028 134	232 691 161	28,55
Motores para automóveis	1 026 538 788	970 925 871	55 612 917	5,73
Veículos de carga	572 980 187	307 338 435	265 641 752	86,43
Tratores	480 489 553	195 984 456	284 505 097	145,17
Pneumáticos e câmaras de ar	390 251 164	352 331 986	37 919 178	10,76
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	273 351 454	219 501 874	53 849 580	24,53
Motocicletas	97 880 034	68 256 583	29 623 451	43,40
Outros	363 501 243	256 579 982	106 921 261	41,67
Soja	6 580 694 181	4 472 567 599	2 108 126 582	47,13
Soja mesmo triturada	3 713 519 810	2 579 092 386	1 134 427 424	43,99
Farelo de soja	2 029 551 911	1 257 859 306	771 692 605	61,35
Óleo de soja em bruto	748 776 649	529 643 673	219 132 976	41,37
Outros	88 845 811	105 972 234	-17 126 423	-16,16
Produtos metalúrgicos	5 540 136 312	3 970 111 461	1 570 024 851	39,55
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	1 166 569 984	959 068 929	207 501 055	21,64
Produtos laminados planos de ferro ou aço	1 122 199 196	696 985 108	425 214 088	61,01
Alumínio em bruto	593 124 451	543 569 317	49 555 134	9,12
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	431 314 815	274 338 879	156 975 936	57,22
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	328 262 534	231 802 917	96 459 617	41,61
Ferro-ligas	325 743 145	275 946 244	49 796 901	18,05
Ligas de alumínio	257 650 458	132 617 620	125 032 838	94,28
Outros	1 315 271 729	855 782 447	459 489 282	53,69
Carne	3 315 577 639	2 080 476 993	1 235 100 646	59,37
Carne de frango <i>in natura</i>	1 399 561 796	869 674 119	529 887 677	60,93
Carne de bovino <i>in natura</i>	1 050 775 282	571 620 683	479 154 599	83,82
Carne de suíno <i>in natura</i>	354 441 177	271 929 867	82 511 310	30,34
Carne bovina industrializada	267 049 729	198 975 185	68 074 544	34,21
Carne de peru <i>in natura</i>	116 371 677	69 953 489	46 418 188	66,36
Outros	127 377 978	98 323 650	29 054 328	29,55
Produtos químicos	3 241 846 602	2 663 510 723	578 335 879	21,71
Produtos químicos orgânicos	826 394 273	727 889 665	98 504 608	13,53
Plásticos e suas obras	791 377 174	648 617 849	142 759 325	22,01
Produtos químicos inorgânicos	537 916 791	370 100 063	167 816 728	45,34
Produtos farmacêuticos	193 292 145	162 982 106	30 310 039	18,60
Óleos essenciais e resinóides	165 136 731	157 100 768	8 035 963	5,12
Extratos tanantes e tintoriais	130 737 186	106 755 115	23 982 071	22,46
Produtos para fotografia	79 596 207	59 755 070	19 841 137	33,20
Adubos e fertilizantes	73 224 837	54 928 741	18 296 096	33,31
Outros	444 171 258	375 381 346	68 789 912	18,33
Derivados de petróleo	3 157 198 886	2 734 217 004	422 981 882	15,47
Óleos brutos de petróleo	1 521 898 689	1 142 112 665	379 786 024	33,25
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	678 355 926	639 050 725	39 305 201	6,15
Óleos e combustíveis	611 052 643	608 118 833	2 933 810	0,48
Gasolina	296 011 879	278 966 739	17 045 140	6,11
Óleos lubrificantes	22 080 457	18 588 440	3 492 017	18,79
Outros	27 799 292	47 379 602	-19 580 310	-41,33
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2 906 304 039	2 010 911 501	895 392 538	44,53
Compressores e bombas	552 490 146	454 329 578	98 160 568	21,61
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	506 044 596	233 479 967	272 564 629	116,74
Rolamentos e engrenagens	269 861 206	200 057 878	69 803 328	34,89
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	269 353 596	147 992 734	121 360 862	82,00
Refrigeradores e congeladores	183 647 979	104 245 090	79 402 889	76,17
Computadores e acessórios	151 361 914	124 754 551	26 607 363	21,33
Outros	973 544 602	746 051 703	227 492 899	30,49
Minérios metalúrgicos	2 720 433 729	1 978 135 952	742 297 777	37,53
Minérios de ferro	2 569 274 080	1 870 646 099	698 627 981	37,35
Minérios de alumínio	102 950 657	61 894 966	41 055 691	66,33
Minérios de manganês	37 047 819	27 066 797	9 981 022	36,88
Outros	11 161 173	18 528 090	-7 366 917	-39,76
Calçados e couro	1 883 566 079	1 569 880 613	313 685 466	19,98
Calçados	1 074 568 576	918 237 706	156 330 870	17,03
Couro	732 636 238	587 196 988	145 439 250	24,77
Produtos de couro	76 361 265	64 445 919	11 915 346	18,49
Papel e celulose	1 702 575 148	1 656 474 743	46 100 405	2,78
Celulose	997 459 958	1 022 223 310	-24 763 352	-2,42
Papel	705 115 190	634 251 433	70 863 757	11,17

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JAN-JUL 2003-2004

GRUPO/SUBGRUPO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIACÃO ABSOLUTA (US\$ FOB)	VARIACÃO RELATIVA %
	Jan.-Jul. 2004	Jan.-Jul. 2003		
Materiais elétricos e eletrônicos	1 687 973 500	1 667 786 935	20 186 565	1,21
Aparelhos transmissores e receptores	710 754 413	955 003 438	-244 249 025	-25,58
Geradores e transformadores, elétricos	326 365 444	279 516 148	46 849 296	16,76
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	114 174 804	66 857 664	47 317 140	70,77
Apar. para interrupção, proteção de energia, suas partes	108 140 977	80 358 470	27 782 507	34,57
Aparelhos elétricos para telefonia	105 693 288	43 159 245	62 534 043	144,89
Apar. eletromecânicos ou térmicos, de uso doméstico	28 877 595	24 534 012	4 343 583	17,70
Outros	293 966 979	218 357 958	75 609 021	34,63
Madeiras e manufaturas de madeira	1 657 813 605	1 066 856 911	590 956 694	55,39
Madeira compensada ou contraplacada	525 621 649	285 980 272	239 641 377	83,80
Madeira serrada	453 698 628	345 878 219	107 820 409	31,17
Obras de marcenaria ou de carpintaria	206 867 272	132 372 669	74 494 603	56,28
Outros	471 626 056	302 625 751	169 000 305	55,84
Açúcar	1 263 199 324	910 380 751	352 818 573	38,76
Açúcar em bruto	673 333 302	558 347 359	114 985 943	20,59
Açúcar refinado	589 866 022	352 033 392	237 832 630	67,56
Produtos têxteis	1 052 321 712	850 289 480	202 032 232	23,76
Confecções	473 658 069	382 863 593	90 794 476	23,71
Tecidos de algodão	148 497 719	132 706 806	15 790 913	11,90
Fios sintéticos ou artificiais	107 313 509	96 008 739	11 304 770	11,77
Fios de algodão	52 645 777	59 090 240	-6 444 463	-10,91
Outros	270 206 638	179 620 102	90 586 536	50,43
Café	1 029 967 128	797 937 338	232 029 790	29,08
Café cru em grão	869 194 983	684 010 249	185 184 734	27,07
Café solúvel	160 772 145	113 927 089	46 845 056	41,12
Fumo e cigarros	691 967 505	697 338 328	-5 370 823	-0,77
Fumo em folhas	664 903 807	674 869 588	-9 965 781	-1,48
Fumo manufaturado e seus sucedâneos	17 247 266	12 006 273	5 240 993	43,65
Cigarros	9 625 340	10 337 366	-712 026	-6,89
Demais produtos do fumo	191 092	125 101	65 991	52,75
Cereais	670 652 821	156 343 358	514 309 463	328,96
Outros	5 274 028 473	4 235 316 535	1 038 711 938	24,53
TOTAL	52 298 893 945	39 106 784 488	13 192 109 457	33,73

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO FATOR AGREGADO - JAN-JUL 2003-2004

FATOR AGREGADO	JAN-JUL 2004		JAN-JUL 2003	
	Exportações (US\$ milhões FOB)	Part. (%)	Exportações (US\$ milhões FOB)	Part. (%)
Básicos	16 440	31,44	11 314	28,93
Semimanufaturados	7 297	13,95	5 946	15,20
Manufaturados	27 772	53,10	21 091	53,93
Operações Especiais	789	1,51	756	1,93
TOTAL	52 298	100,00	39 107	100,00

FONTE: MDIC/SECEX

Indústria e comércio paranaenses: performance no primeiro semestre de 2004

Gilmar Mendes Lourenço*

Os indicadores conjunturais da indústria do primeiro semestre de 2004, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os treze mais importantes estados brasileiros apontam pronunciada desaceleração do ritmo de crescimento do setor manufatureiro paranaense no intervalo compreendido entre abril e junho. De segundo melhor desempenho no País no primeiro trimestre do corrente ano, perdendo apenas para o Amazonas, o Paraná passou a dividir a sétima posição com o Rio Grande do Sul no período janeiro-junho, registrando inclusive índices de variação acumulada inferiores à média brasileira (5,6% versus 7,7% – tabela 1).

Ressalte-se que o desempenho da indústria do Amazonas deriva do incremento verificado nas atividades fabricantes de bens de consumo duráveis, particularmente televisores e celulares da Zona Franca de Manaus, movimento explicado pela influência da demanda externa e da recuperação das vendas a prazo, efeito da flexibilização monetária ocorrida no segundo semestre de 2003.

É importante compreender que tais resultados não significam o delineamento de uma tendência de perda de ímpeto da indústria paranaense e, conseqüentemente, de espaço na recuperação esboçado no conjunto do País. Na verdade, os fatores determinantes da expansão industrial do Estado desde 2003 permanecem presentes no ambiente econômico de 2004, sintetizados no binômio formado pelas exportações e pelo agronegócio – impulsionados pela recuperação da economia mundial (ancorada na demanda norte-americana e chinesa) e das cotações das *commodities* – e em alguns estímulos de natureza tributária e tarifária, concedidos pelo governo estadual, visando à redução de custos e ao aumento das compras de insumos dentro do Estado. Daí o pronunciado acréscimo na produção de caminhões, madeira e alimentos.

Ademais, o recente ciclo de investimentos em modernização e ampliação da capacidade produtiva do parque fabril operante nos limites geográficos do Paraná lhe confere potencial de crescimento bastante superior à média nacional, em condições de restauração dos requisitos sistêmicos à deflagração de um novo ciclo expansivo no País, mais voltado ao mercado interno, menos dependente de poupança externa e com menor grau de concentração de renda e de exclusão social.

No final das contas, o menor incremento da indústria paranaense no segundo trimestre, o segundo pior desempenho do País, atrás somente do Rio de Janeiro, decorre do fato de a Refinaria da Petrobras de Araucária, que responde por mais de 1/4 do valor adicionado industrial do Estado, ter interrompido a

produção durante aproximadamente cem dias para a realização de revisão técnica, a partir do final de abril, episódio que normalmente acontece a cada cinco anos visando à melhoria da eficiência dos processos produtivos. Desta feita, a iniciativa exigiu recursos da ordem de R\$ 182,0 milhões.

A menor variação da produção industrial do Paraná no primeiro semestre de 2004 pode ser imputada à parada técnica da Petrobras

Portanto, a queda circunstancial do volume de petróleo processado explica o menor avanço da produção industrial paranaense em abril e, principalmente, em maio e junho de 2004. Tanto é assim que, das quatorze atividades industriais acompanhadas pelo IBGE no Estado, dez exibiram desempenho positivo entre janeiro e junho de 2004, em relação a igual período de 2003, sendo que oito e seis delas experimentaram impulsão da produção acima da média industrial do Estado e do País, respectivamente (tabela 2).

Segundo o IBGE, as atividades que apresentaram maior contribuição para o dinamismo industrial do Estado no primeiro semestre foram caminhões e automóveis, painéis de madeira e madeira compensada, café solúvel e carne de aves.

Quanto ao faturamento das empresas industriais paranaenses, pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná constatou evolução real de 6,2% no primeiro semestre de 2004, sustentada pelos ramos de material elétrico e de comunicações (93,3%), bebidas (39,2%), produtos de matérias plásticas (30,6%), material de transporte (17,6%), mobiliário (16,9%) e papel e papelão (13,7%).

No que diz respeito ao desempenho do comércio varejista paranaense, as vendas reais desse subsetor no Estado registraram, no primeiro semestre de 2004, a terceira maior variação entre as doze unidades federativas mais importantes do País investigadas pelo IBGE, perdendo apenas para Espírito Santo e Santa Catarina. O faturamento do comércio varejista paranaense cresceu 12,16% nos seis primeiros meses de 2004 contra 8,28% do País. Os segmentos que lideraram a expansão no Estado foram móveis e eletrodomésticos e tecidos, vestuário e calçados, afetados pela recuperação do crédito e da renda (tabela 3).

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da FAE Business School, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS - BRASIL - JAN-JUN 2004

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Janeiro-Março	Abril-Junho	Janeiro-Junho
Amazonas	16,0	18,3	17,2
Pará	7,1	9,8	8,5
Goiás	4,3	5,3	5,8
Ceará	2,0	6,3	4,1
Pernambuco	4,3	11,1	7,4
Bahia	7,3	12,7	10,0
Minas Gerais	0,6	3,9	2,3
Espírito Santo	2,5	5,5	4,0
Rio de Janeiro	-0,2	0,2	0,0
São Paulo	7,7	13,4	10,6
Paraná	8,7	2,7	5,6
Santa Catarina	3,2	14,0	8,6
Rio Grande do Sul	4,2	6,9	5,6
BRASIL	6,0	9,3	7,7

FONTE: IBGE

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - JAN-JUN 2004

ATIVIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO - JAN-JUN 2004 (%)
Indústria de Transformação	5,6
Alimentos	5,7
Bebidas	6,8
Madeira	23,4
Celulose, papel e produtos de papel	5,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	12,2
Refino de petróleo e álcool	-24,2
Produtos químicos	-7,9
Borracha e plástico	4,7
Minerais não-metálicos	-8,7
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	10,5
Máquinas e equipamentos	11,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,8
Veículos automotores	34,0
Mobiliário	10,6

FONTE: IBGE

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS - BRASIL - JAN-JUN 2004

UNIDADE	VARIAÇÃO (%)				
	Total	Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	Tecidos, vestuário e calçados	Móveis e eletrodomésticos
Ceará	8,52	0,80	8,57	5,20	20,47
Pernambuco	4,02	-0,33	1,55	10,54	20,19
Bahia	6,95	0,41	3,89	5,52	39,07
Minas Gerais	10,67	6,98	9,73	6,24	30,07
Espírito Santo	20,75	0,63	26,76	-1,28	20,39
Rio de Janeiro	7,45	0,70	3,31	1,26	25,95
São Paulo	9,08	12,04	3,24	10,27	33,54
Paraná	12,16	6,93	10,40	14,96	28,46
Santa Catarina	13,96	11,59	10,32	10,72	36,25
Rio Grande do Sul	6,72	4,47	5,67	-0,05	16,53
Goiás	9,57	-2,02	11,26	-3,75	25,06
Distrito Federal	8,28	9,25	2,12	1,84	31,40
BRASIL	9,33	7,26	5,38	7,33	29,40

FONTE: IBGE

O nível de emprego no Paraná em 2004

Gilmar Mendes Lourenço*

O desempenho do mercado de trabalho paranaense reproduziu, ao longo dos primeiros sete meses de 2004, a continuidade dos elementos de dinamismo econômico prevalentes durante o exercício de 2003. De fato, a base de produção e de geração de empregos do Estado permaneceu afetada pela combinação entre a forte recuperação da economia mundial e os primeiros sinais de reativação da demanda doméstica.

Em outras palavras, a elevação da demanda internacional, explicada pelo crescimento das economias americana e chinesa e pelo subjacente aumento das cotações das *commodities*, e a abertura e/ou preservação de novas frentes de mercados externos, provocaram substancial incremento nas exportações estaduais, sobretudo dos ramos articulados ao agronegócio.

As vendas externas paranaenses atingiram US\$ 4,73 bilhões no primeiro semestre de 2004, configurando variação de 41,0% em confronto com análogo intervalo de 2003, contra 31,2% das vendas brasileiras. Tal desempenho transformou o Estado no segundo maior exportador do País, depois de São Paulo, contribuindo com 10,9% do total vendido pelo Brasil no mercado internacional.

Ao mesmo tempo, a estratégia de redução de juros, promovida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, no segundo semestre de 2003, começou a interferir na performance de alguns segmentos voltados ao mercado interno.

O interior do Paraná foi responsável por mais de ¾ dos empregos formais líquidos gerados no Estado nos sete primeiros meses de 2004

Nessas circunstâncias, levantamento do Ministério do Trabalho apontou criação líquida de 106,311 mil postos formais de trabalho no Paraná entre janeiro e julho de 2004. Tais números representaram acréscimo de 6,7% em relação ao mesmo período de 2003, contra 5,3% do total do País. Em geração líquida absoluta, o Paraná figurou na terceira posição, atrás de São Paulo (476,793 mil) e de Minas Gerais (208,072 mil), sendo responsável por 8,6% dos 1.236,689 milhões de postos criados no País. Por uma ótica intra-estadual, percebe-se que a geração líquida de empregos foi de 80,426 mil no interior e 25,885 mil na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), ou 75,7% e 24,3%, respectivamente.

Na mesma linha de interpretação, os indicadores de pessoal empregado assalariado no setor industrial, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram acréscimo de 2,2% nos postos de trabalho no parque manufatureiro estadual entre janeiro e junho de 2004, em confronto com idêntico período de 2003. Nesse caso, o Estado exibiu o segundo melhor desempenho entre os dez estados pesquisados pelo IBGE, ficando atrás novamente de Minas Gerais (3,6%), dada a expressiva expansão do complexo metalmeccânico naquela unidade federada.

As divisões industriais que sustentaram o crescimento no contingente empregado no Paraná foram fumo (30,0%), vestuário (8,2%), máquinas e equipamentos (6,8%), alimentos e bebidas (5,8%) e fabricação de meios de transporte (5,0%), comprovando a operação atrelada ao tripé formado por agronegócio, demanda externa e embrião de recuperação interna.

A consolidação dessa tendência de ampliação dos níveis de contratações de mão-de-obra no Estado depende do comportamento da economia internacional – determinado pelas trajetórias dos juros americanos, da economia chinesa e dos preços do petróleo, estes subordinados a aspectos geopolíticos, como os problemas do Oriente Médio – e da abertura de espaços na orientação macroeconômica do País, na direção da instituição de medidas que favoreçam a expansão do mercado interno, particularmente do emprego e da renda.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO SELECIONADAS - BRASIL - JAN-JUN 2004

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
Ceará	-0,8
Pernambuco	-1,5
Bahia	-1,3
Minas Gerais	3,6
Espírito Santo	-4,8
Rio de Janeiro	-3,9
São Paulo	-0,5
Paraná	1,2
Santa Catarina	0,5
Rio Grande do Sul	-1,8
BRASIL	0,1

FONTE: IBGE

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da FAE Business School, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES.

Paraná - Destaques Econômicos*

Julio Takeshi Suzuki Júnior**, Jennifer França Zacarias Silva***,

Amanda Rasmussen Zimovski, Ronald Jesus da Conceição e Shelbert Braz****

AGROPECUÁRIA

Ferrugem asiática provoca perdas nas lavouras paranaenses

A incidência da ferrugem asiática nas lavouras de soja do Paraná provocou prejuízos de US\$ 143,4 milhões, o que corresponde a 537.650 toneladas, sem considerar os gastos com aplicação de fungicidas, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em nível nacional, estima-se que as perdas alcançaram US\$ 2 bilhões, o equivalente a 4,5 milhões de toneladas.

CASADO, Vânia. PR perde US\$ 143,4 mi com praga na soja. **Folha de Londrina**, 7 jul. 2004. Caderno Folha Economia, p.4.

Produção paranaense de grãos cai 13,3%

A produção de grãos do Paraná deverá registrar queda de 13,3% na temporada 2003/2004, em relação à safra anterior, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). A redução se deve, em parte, ao avanço da cultura de soja em áreas antes ocupadas por milho, que possui maior produtividade por área. Ademais, a produção agrícola foi prejudicada pelas adversidades climáticas.

Na comparação com o ano passado, houve redução de 9,6% na produção de soja deste ano, com a colheita de 9,9 milhões de toneladas. Também a produção de milho registrou queda de 9,6%, alcançando 7,5 milhões de toneladas na primeira safra. Ao todo, estima-se que a colheita de grãos atingirá 26,3 milhões de toneladas neste ano.

BORDINHÃO, Andréa. Safra de grãos registra queda de 13,3%. **Folha de Londrina**, 28 jul. 2004. p.4.

Produção do milho safrinha cai este ano

A colheita de milho safrinha no Paraná terá queda de 2 milhões de toneladas em relação ao estimado inicialmente para este ano.

A estimativa inicial do Departamento de Economia Rural (Deral) apontava para uma produção de 5,7 milhões de toneladas de milho no Paraná, mas, devido à estiagem no período do plantio e às geadas nos meses de junho e julho, a colheita não deve ultrapassar 3,7 milhões de toneladas. Em 2003, o Paraná produziu 6 milhões de toneladas do milho safrinha.

A queda da produção ocorrerá também em nível nacional. O Brasil deve colher entre 9 e 10 milhões de toneladas, contra 12,9 milhões de toneladas do ano passado. Apesar da queda, o Paraná continua sendo o maior produtor nacional de milho.

GASPARIN, Mirian. Produção de milho safrinha tem queda de 2 milhões de toneladas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 ago. 2004. p.27.

AGROINDÚSTRIA

Investimento da Copagril gerará centenas de postos de trabalho

A Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagril) deverá gerar, até meados de 2005, cerca de mil empregos na cidade de Marechal Cândido Rondon, oeste do Paraná, com a implantação de um abatedouro de frangos.

O investimento no abatedouro alcançará R\$ 50 milhões. A meta da cooperativa é abater inicialmente 80 mil aves por dia, com previsão de aumento para 160 mil cabeças ao dia já no ano de 2005.

SHELLER, Fernando. Copagril abre indústria de frangos e cria mil postos de trabalho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 2004. p.24.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/7/2004 a 31/8/2004.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmica do curso de Administração, estagiária do IPARDES.

****Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

INDÚSTRIA

Grupo Hübner passa a produzir carretas

O grupo paranaense Hübner, que atua no ramo de autopeças e siderurgia, passará a produzir carretas para caminhões. A antiga fábrica da Krone do Brasil, adquirida pela Hübner, será reativada, garantindo inicialmente a geração de 50 empregos. Estima-se que serão produzidas cerca de 50 carretas/mês em uma primeira fase.

Além da fábrica de carretas localizada em Curitiba, o grupo Hübner conta com outras unidades industriais no Paraná: a Hübner Indústria Mecânica, em Araucária, e as fundições Hübner e Impar, em Ponta Grossa, que empregam 230 e 600 pessoas, respectivamente.

Paralelamente ao projeto da nova fábrica de carretas, o grupo está investindo R\$ 31 milhões na construção de uma siderúrgica de ferro gusa em Ponta Grossa, com inauguração prevista para 2006, devendo gerar cerca de 200 postos de trabalho.

LIMA, Marli. Grupo Hübner reativa a fábrica de carretas da Krone. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 ago. 2004. Caderno Empresas, p.B7.

COMÉRCIO

Super Muffato inaugura loja em Londrina

A rede de supermercados Super Muffato inaugurou, no mês de julho, mais uma loja em Londrina. O novo hipermercado é o 18º do grupo, que atua em oito cidades do Paraná, além de Presidente Prudente, no interior do Estado de São Paulo.

O imóvel onde está funcionando a nova loja, que até o mês de abril deste ano abrigou o Hipermercado Big, foi readequado ao padrão da rede, e a área do supermercado foi adaptada para oferecer um amplo setor de serviços.

Os investimentos de R\$ 2 milhões da Rede Super Muffato geraram cerca de 400 empregos diretos.

AVANSINI, Carolina. Muffato inaugura nova loja em Londrina. **Folha de Londrina**, 7 jul. 2004. Caderno Folha Economia, p.3.

Comércio paranaense registra alta nas vendas

O comércio varejista paranaense apresentou crescimento de 15,65% nas vendas em junho, em comparação com o mesmo período do ano passado, ultrapassando a média nacional, que atingiu 12,8%.

No primeiro semestre deste ano, o aumento das vendas foi de 12,16%, ficando em 6,72% nos últimos doze meses. O segmento de móveis e eletrodomésticos foi o destaque, com uma elevação de 50,43% no mês de junho.

GASPARIN, Mirian. Vendas do comércio do PR batem recorde. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2004. p.22.

COMÉRCIO EXTERIOR

Paraná passa a ser o maior exportador de frangos

O Paraná tornou-se o maior exportador de frangos do Brasil. No mês de junho, o Estado foi responsável por 32% das exportações brasileiras, superando Santa Catarina, líder no *ranking* até então. O crescimento em volume de negócios foi de 38% em relação a maio. Em toneladas, o aumento foi de 59%, passando de 48 mil para 77 mil toneladas.

No primeiro semestre, o crescimento acumulado atingiu 49%, o que representa incremento de US\$ 208 milhões para US\$ 311 milhões. Em quantidade, houve avanço de 242 mil toneladas para 297 mil toneladas, representando 22% de crescimento.

AVANSINI, Carolina. PR torna-se o maior exportador de frangos. **Folha de Londrina**, 22 jul. 2004. Caderno Folha Economia, p.4.

Cooperativas paranaenses são responsáveis por 53% das exportações nacionais do setor

Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as cooperativas paranaenses exportaram US\$ 562,64 milhões no primeiro semestre deste ano, atingindo 53% do valor total das exportações das cooperativas do Brasil. Neste primeiro semestre, as vendas externas das cooperativas brasileiras totalizaram US\$ 1,054 bilhão.

Os complexos soja, carnes, sucroalcooleiro, milho e trigo responderam por cerca de 90% das exportações, sendo que a carne de frango e a soja foram os produtos mais vendidos. Das 1.519 cooperativas existentes no Brasil, 69 encontram-se no Paraná. Segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), R\$ 800 milhões deverão ser investidos pelas cooperativas do Estado até o final do ano, principalmente na produção agroindustrial e no aumento da capacidade de armazenagem.

POMBO, Luciana. PR registra US\$ 562 mi em exportações. **Folha de Londrina**, 29 jul. 2004. Caderno Folha Economia, p.3.

PINHEIRO, Fábio. Cooperativas do PR respondem por 53% das exportações do setor. **Gazeta do Povo**, 2 ago. 2004. p.19.

NÍVEL DE ATIVIDADES

Venda de veículos automotores cresce 20,53% no primeiro semestre

O número de veículos automotores vendidos no Paraná durante o primeiro semestre de 2004 aumentou 20,53% em relação ao mesmo período do ano passado. O Paraná apresentou desempenho acima da média nacional, uma vez que o mercado brasileiro registrou aumento de 11,7% no mesmo período.

De janeiro a junho de 2004, de acordo com a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores, regional Paraná (Fenabreve-PR), foram comercializados 107.474 veículos no Estado, sendo 57.420 automóveis de passeio, 10.267 comerciais leves, 4.760 caminhões, 307 ônibus e 34.720 motocicletas. No mês de junho, a venda de veículos no Paraná aumentou 34,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os bons resultados são decorrentes da queda das taxas de juros praticadas nas operações de financiamento de veículos, além dos bônus concedidos pelas concessionárias.

GASPARIN, Mirian. Venda de veículos cresce 20,53% no Paraná, no primeiro semestre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jul. 2004. p.22.

Produção de veículos no Paraná cresce 64,4% no mês de julho

As montadoras paranaenses de veículos automotores e máquinas agrícolas elevaram a produção em 64,4% no mês de julho, em relação ao mês anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo Volkswagen Fox, cuja produção atingiu 13.715 unidades no mês de junho, representando crescimento de 148%.

Como reflexo do desempenho no mês de junho, a produção das montadoras paranaenses no primeiro semestre de 2004 apresentou aumento de 14,76%, em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Apesar do aumento da produção, as exportações de veículos cresceram apenas 4,21% entre janeiro e junho de 2004. Neste período foram exportadas 32.517 unidades.

CASADO, Vânia. Paraná eleva em 64,4% a produção de veículos. **Folha de Londrina**, 27 jul. 2004. Caderno Folha Economia, p.3.

Empregos industriais crescem 5,99% no primeiro semestre

De acordo com o levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o emprego industrial no Paraná registrou crescimento de 5,99% no primeiro semestre de 2004, quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já em relação ao segundo semestre de 2003, houve crescimento de 9,15%.

Os segmentos que apresentaram os melhores resultados foram produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (com a criação de 17.554 vagas), madeira e mobiliário (5.696) e têxtil e vestuário (4.093). O aumento do número de vagas na indústria do Paraná reflete o bom desempenho da produção industrial, que apresentou incremento de 5,59% no primeiro semestre em relação a igual intervalo de 2003.

INDÚSTRIA do Paraná cresce 5,59% no primeiro semestre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 ago. 2004. p.18.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 643	2 383	71 543	193 492	2 705	30 527	609 007	19 950
2004 ⁽¹⁾	47 314	92 231	1 949	67 483	182 026	2 697	29 499	584 476	19 813

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 370	117 290	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 785	3 455
2004 ⁽¹⁾	118 116	146 753	1 242	393 280	32 854 924	83 541	53 487	168 539	3 151

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	540 906	710 107	1 313	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 114	5 065
2004 ⁽¹⁾	505 926	670 408	1 325	161 791	3 075 663	19 010	2 456 713	11 185 161	4 553

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 650 966	11 010 099	3 016	1 198 078	3 121 306	2 605
2004 ⁽¹⁾	539	1 237	2 295	4 000 493	10 015 099	2 503	1 326 175	3 077 094	2 320

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2003

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Novembro	99 931	21 024	28 849
1998	854 517	236 358	193 435	Dezembro	98 702	20 701	26 926
1999	957 237	198 873	229 466	2003 ⁽¹⁾	1 344 398	219 774	359 139
2000	1 041 412	181 113	235 315	Janeiro	109 999	15 544	31 393
2001	1 121 828	197 985	263 451	Fevereiro	98 465	15 161	28 084
2002	1 235 681	219 350	333 951	Março	99 991	16 155	29 054
Janeiro	108 143	16 217	25 688	Abril	101 153	17 152	29 714
Fevereiro	92 700	15 727	23 247	Maió	112 623	17 422	30 246
Março	92 731	14 361	24 787	Junho	103 349	15 244	29 913
Abril	104 996	18 495	28 516	Julho	120 730	15 638	32 243
Maió	101 833	16 465	28 223	Agosto	115 940	17 616	30 363
Junho	100 807	16 944	26 889	Setembro	121 156	20 834	30 928
Julho	116 253	17 934	29 970	Outubro	127 530	24 920	33 913
Agosto	106 345	18 803	30 677	Novembro	115 356	20 766	28 242
Setembro	103 766	19 608	28 916	Dezembro	118 106	23 322	25 048
Outubro	109 473	23 072	31 264				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - JULHO 2004

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Abril	132	901
1977	1 356	8 826	Maió	126	787
1978	1 614	9 636	Junho	128	635
1979	1 635	12 575	Julho	40	1 180
1980	1 936	13 482	Agosto	142	921
1981	1 954	14 105	Setembro	234	1 066
1982	1 179	6 606	Outubro	292	1 148
1983	1 079	3 345	Novembro	270	860
1984	1 748	7 921	Dezembro	218	499
1985	2 167	9 728	2003	3 112	10 449
1986	2 029	10 588	Janeiro	220	478
1987	2 121	9 479	Fevereiro	238	734
1988	1 567	8 847	Março	247	776
1989	1 386	6 189	Abril	129	956
1990	885	4 111	Maió	192	1 040
1991	584	2 677	Junho	196	929
1992	593	2 893	Julho	220	1 084
1993	1 038	4 475	Agosto	317	1 126
1994	1 707	9 011	Setembro	324	1 063
1995	859	5 095	Outubro	395	867
1996	897	4 180	Novembro	347	886
1997	1 296	6 062	Dezembro	287	510
1998	1 380	6 025	2004	1 835	5 715
1999	1 351	4 854	Janeiro	198	440
2000	1 692	6 251	Fevereiro	408	694
2001	2 046	8 307	Março	399	896
2002	2 448	9 752	Abril	227	766
Janeiro	301	401	Maió	228	795
Fevereiro	279	652	Junho	213	942
Março	286	702	Julho	162	1 182

FONTE: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999 - JULHO 2004

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	Comerciais leves ⁽¹⁾	Comerciais pesados	Automóveis de passageiros e de uso misto
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	397	8 853
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	7 923	5 047	108 031
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	1 191	594	12 867
Março	1 134	909	15 386
Abril	933	629	12 623
Maio	1 219	754	11 570
Junho	1 335	813	20 651
Julho	1 182	786	22 089

FONTE: Anfavea

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2003

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003 ⁽¹⁾	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2002-2003

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2003		2002		Variação (%)	2003		2002		Variação (%)	2003 (%)	2002 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
Exportação	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49	73 084 140	100,00	60 361 786	100,00	21,08	9,79	9,44
União Européia	2 148 900	30,04	1 859 928	32,63	15,54	18 102 065	24,77	15 113 391	25,04	19,78	11,87	12,31
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 476 765	20,64	1 030 639	18,08	43,29	11 676 286	15,98	8 791 091	14,56	32,82	12,65	11,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 044 913	14,61	1 038 758	18,22	0,59	16 692 354	22,84	15 534 804	25,74	7,45	6,26	6,69
Oriente Médio	603 960	8,44	386 732	6,78	56,17	2 817 593	3,86	2 341 756	3,88	20,32	21,44	16,51
Mercosul	500 482	7,00	262 404	4,60	90,73	5 671 853	7,76	3 310 817	5,48	71,31	8,82	7,93
Europa Oriental	337 420	4,72	200 826	3,52	68,02	2 270 662	3,11	1 754 912	2,91	29,39	14,86	11,44
África	275 943	3,86	269 214	4,72	2,50	2 860 120	3,91	2 362 317	3,91	21,07	9,65	11,40
Outros ⁽¹⁾	764 851	10,69	651 698	11,43	17,36	12 993 207	17,78	11 152 698	18,48	16,50	5,89	5,84
Importação	3 488 221	100,00	3 333 814	100,00	4,63	48 259 592	100,00	47 231 932	100,00	2,18	7,23	7,06
União Européia	1 215 380	34,84	1 312 331	39,36	-7,39	12 686 908	26,29	13 069 515	27,67	-2,93	9,58	10,04
Mercosul	564 034	16,17	582 573	17,47	-3,18	5 685 896	11,78	5 615 048	11,89	1,26	9,92	10,38
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	438 845	12,58	398 462	11,95	10,13	9 564 117	19,82	10 437 889	22,10	-8,37	4,59	3,82
África	369 953	10,61	232 895	6,99	58,85	3 253 525	6,74	2 686 694	5,69	21,10	11,37	8,67
Ásia (excl. Oriente Médio)	317 895	9,11	315 346	9,46	0,81	8 923 346	18,49	7 996 372	16,93	11,59	3,56	3,94
Europa Oriental	230 296	6,60	133 209	4,00	72,88	1 165 013	2,41	918 720	1,95	26,81	19,77	14,50
Oriente Médio	78 997	2,26	102 720	3,08	-23,09	1 619 851	3,36	1 479 413	3,13	9,49	4,88	6,94
Outros	272 823	7,82	256 278	7,69	6,46	5 360 936	11,11	5 028 281	10,65	6,62	5,09	5,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja	2 100 299 163	37,44	1 509 828 887	38,54	39,11
Soja mesmo triturada	1 032 474 748	18,41	781 775 299	19,95	32,07
Farelo de soja	686 754 045	12,24	444 348 299	11,34	54,55
Óleo de soja em bruto	326 048 693	5,81	214 680 394	5,48	51,88
Óleo de soja refinado	52 958 934	0,94	69 024 895	1,76	-23,28
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	2 062 743	0,04	-	-	-
Material de transporte e componentes	802 583 967	14,31	780 101 991	19,91	2,88
Automóveis	317 072 526	5,65	396 460 251	10,12	-20,02
Motores para automóveis	279 924 547	4,99	249 533 937	6,37	12,18
Tratores	94 305 517	1,68	46 266 414	1,18	103,83
Autopeças	57 631 058	1,03	44 492 303	1,14	29,53
Veículos de carga	30 163 837	0,54	16 447 844	0,42	83,39
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	14 113 457	0,25	14 174 353	0,36	-0,43
Ônibus	5 114 181	0,09	9 543 529	0,24	-46,41
Helicópteros	872 893	0,02	770 375	0,02	13,31
Reboques para transporte de mercadorias	641 826	0,01	544 555	0,01	17,86
Pneumáticos e câmaras de ar	399 343	0,01	457 554	0,01	-12,72
Trens e materiais para vias férreas	112 492	-	14 734	-	663,49
Motocicletas	2 200	-	13 811	-	-84,07
Motores e turbinas para aviação	221	-	-	-	-
Demais materiais elétricos e eletrônicos	2 229 869	0,04	1 382 331	0,04	61,31
Madeiras e manufaturas de madeira	644 720 842	11,49	382 785 700	9,77	68,43
Madeira compensada ou contraplacada	315 690 004	5,63	162 045 486	4,14	94,82
Madeira serrada	105 417 671	1,88	88 763 938	2,27	18,76
Obras de marcenaria ou de carpintaria	63 301 358	1,13	39 961 386	1,02	58,41
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	39 754 317	0,71	18 068 508	0,46	120,02
Madeira laminada	11 838 933	0,21	8 721 723	0,22	35,74
Demais madeiras e manufaturas de madeira	108 718 559	1,94	65 224 659	1,66	66,68
Carnes	520 357 273	9,28	336 515 873	8,59	54,63
Carne de frango <i>in natura</i>	362 373 943	6,46	228 817 782	5,84	58,37
Carne de bovino <i>in natura</i>	59 435 596	1,06	31 293 636	0,80	89,93
Carne de suíno <i>in natura</i>	48 071 356	0,86	46 812 703	1,19	2,69
Carne de peru <i>in natura</i>	30 970 358	0,55	15 734 824	0,40	96,83
Carne de frango industrializada	2 754 164	0,05	2 629 830	0,07	4,73
Carne bovina industrializada	285 471	0,01	165 351	-	72,65
Demais carnes	16 466 385	0,29	11 061 747	0,28	48,86
Cereais	371 746 139	6,63	129 716 400	3,31	186,58
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	229 381 897	4,09	131 340 587	3,35	74,65
Compressores e bombas	80 385 592	1,43	39 290 383	1,00	104,59
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	51 636 658	0,92	18 811 003	0,48	174,50
Refrigeradores e congeladores	33 801 824	0,60	16 798 595	0,43	101,22
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	12 382 765	0,22	8 568 328	0,22	44,52
Rolamentos e engrenagens	10 100 977	0,18	5 435 357	0,14	85,84
Torneiras e válvulas	4 423 426	0,08	13 270 886	0,34	-66,67
Aparelhos de ar condicionado	3 948 246	0,07	1 963 558	0,05	101,08
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	1 807 828	0,03	956 001	0,02	89,10
Aparelhos para filtrar ou depurar	1 241 451	0,02	1 164 090	0,03	6,65
Computadores e acessórios	1 058 056	0,02	1 371 581	0,04	-22,86
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	831 191	0,01	166 181	-	400,17
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	179 752	-	770 854	0,02	-76,68
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	80 589	-	105 888	-	-23,89
Máquinas de costura	6 849	-	492	-	1 292,07
Laminadores de metais	4 861	-	14 165	-	-65,68
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	27 491 832	0,49	22 653 225	0,58	21,36

continua

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Papel e celulose	124 886 263	2,23	95 397 915	2,43	30,91
Papel	124 881 235	2,23	95 393 552	2,43	30,91
Celulose	5 028	-	4 363	-	15,24
Café	106 492 136	1,90	78 196 597	2,00	36,19
Café solúvel	70 556 457	1,26	56 139 023	1,43	25,68
Café cru em grão	35 935 679	0,64	22 057 574	0,56	62,92
Materiais elétricos e eletrônicos	106 267 970	1,89	24 687 189	0,63	330,46
Aparelhos elétricos para telefonia	65 423 091	1,17	7 292 641	0,19	797,11
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	20 220 904	0,36	6 469 718	0,17	212,55
Aparelhos transmissores e receptores	6 227 909	0,11	1 839 206	0,05	238,62
Geradores e transformadores, elétricos	5 929 961	0,11	2 056 106	0,05	188,41
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	3 111 462	0,06	3 177 794	0,08	-2,09
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	1 608 250	0,03	1 110 098	0,03	44,87
Demais materiais elétricos e eletrônicos	3 746 393	0,07	2 741 626	0,07	36,65
Produtos químicos	100 598 101	1,79	84 144 415	2,15	19,55
Adubos e fertilizantes	31 613 081	0,56	23 542 462	0,60	34,28
Plásticos e suas obras	19 580 072	0,35	14 326 124	0,37	36,67
Produtos químicos orgânicos	15 279 428	0,27	17 477 808	0,45	-12,58
Produtos químicos inorgânicos	6 448 743	0,11	4 671 251	0,12	38,05
Óleos essenciais e resinóides	2 524 452	0,05	3 005 727	0,08	-16,01
Extratos tanantes e tintoriais	1 065 002	0,02	702 600	0,02	51,58
Produtos farmacêuticos	616 888	0,01	794 728	0,02	-22,38
Produtos para fotografia	-	-	12 597	-	-100,00
Demais produtos químicos	23 470 435	0,42	19 611 118	0,50	19,68
Derivados de petróleo	68 739 575	1,23	45 074 838	1,15	52,50
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	57 559 368	1,03	38 944 118	0,99	47,80
Óleos e combustíveis	8 584 027	0,15	3 060 539	0,08	180,47
Óleos lubrificantes	931 852	0,02	729 080	0,02	27,81
Gasolina	15	-	-	-	-
Demais derivados de petróleo	1 664 313	0,03	2 341 101	0,06	-28,91
Produtos metalúrgicos	65 583 648	1,17	42 002 630	1,07	56,14
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	30 023 800	0,54	22 190 529	0,57	35,30
Produtos laminados planos de ferro ou aço	13 959 364	0,25	553 885	0,01	2 420,26
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	3 886 277	0,07	1 687 067	0,04	130,36
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	3 420 961	0,06	5 149 637	0,13	-33,57
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1 479 303	0,03	764 043	0,02	93,62
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	2 306	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	12 813 943	0,23	11 655 163	0,30	9,94
Produtos têxteis	51 343 007	0,92	32 912 493	0,84	56,00
Fios de seda	15 569 435	0,28	12 078 692	0,31	28,90
Confecções	8 669 760	0,15	5 790 974	0,15	49,71
Fios de algodão	3 896 650	0,07	4 436 806	0,11	-12,17
Fios sintéticos ou artificiais	1 084 854	0,02	746 984	0,02	45,23
Tecidos de algodão	70 955	-	11 661	-	508,48
Sisal em fibras, cordas e cabos	-	-	605	-	-100,00
Demais produtos têxteis	22 051 353	0,39	9 846 771	0,25	123,95
Outros grupos	316 555 876	5,64	245 324 287	6,26	29,04
TOTAL	5 609 555 857	100,00	3 918 029 802	100,00	43,17

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2003-2004

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	576 976 851	26,28	341 100 086	17,80	69,15
Adubos e fertilizantes	347 315 326	15,82	151 798 432	7,92	128,80
Produtos químicos orgânicos	109 975 689	5,01	83 227 797	4,34	32,14
Plásticos e suas obras	64 593 862	2,94	58 012 650	3,03	11,34
Produtos químicos inorgânicos	10 472 419	0,48	9 635 053	0,50	8,69
Produtos farmacêuticos	9 730 823	0,44	11 128 051	0,58	-12,56
Extratos tanantes e tintoriais	8 400 372	0,38	6 475 243	0,34	29,73
Óleos essenciais e resinóides	2 673 442	0,12	2 917 311	0,15	-8,36
Produtos para fotografia	1 115 611	0,05	920 089	0,05	21,25
Demais produtos químicos	22 699 307	1,03	16 985 460	0,89	33,64
Material de transporte e componentes	391 146 023	17,82	419 162 634	21,88	-6,68
Autopeças	229 426 649	10,45	253 519 581	13,23	-9,50
Motores para automóveis	100 953 740	4,60	105 943 315	5,53	-4,71
Automóveis	23 502 509	1,07	24 855 736	1,30	-5,44
Pneumáticos e câmaras de ar	9 273 205	0,42	7 965 890	0,42	16,41
Helicópteros	6 356 993	0,29	7 687 116	0,40	-17,30
Veículos de carga	2 848 218	0,13	4 303 908	0,22	-33,82
Aviões	2 796 680	0,13	-	-	-
Trens e materiais para vias férreas	2 066 490	0,09	9 931	-	20 708,48
Tratores	652 000	0,03	249 917	0,01	160,89
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	610 610	0,03	7 101	-	8 498,93
Partes e peças de aviões e helicópteros	304 482	0,01	465 312	0,02	-34,56
Motores e turbinas para aviação	170 542	0,01	304 981	0,02	-44,08
Motocicletas	117 730	0,01	-	-	-
Ônibus	-	-	158 587	0,01	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	12 066 175	0,55	13 691 259	0,71	-11,87
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	282 694 459	12,88	253 580 557	13,24	11,48
Compressores e bombas	70 323 349	3,20	60 819 552	3,17	15,63
Rolamentos e engrenagens	39 742 519	1,81	37 410 126	1,95	6,23
Torneiras e válvulas	18 629 834	0,85	13 868 018	0,72	34,34
Aparelhos de ar condicionado	14 173 120	0,65	14 526 833	0,76	-2,43
Aparelhos para filtrar ou depurar	12 590 796	0,57	13 766 029	0,72	-8,54
Computadores e acessórios	12 404 953	0,57	6 700 332	0,35	85,14
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	10 995 179	0,50	9 725 514	0,51	13,05
Refrigeradores e congeladores	6 448 752	0,29	7 073 858	0,37	-8,84
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	5 059 686	0,23	6 107 812	0,32	-17,16
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	3 385 330	0,15	3 007 430	0,16	12,57
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 240 093	0,06	2 463 310	0,13	-49,66
Máquinas de costura	243 732	0,01	347 872	0,02	-29,94
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	185 727	0,01	814 018	0,04	-77,18
Laminadores de metais	57 035	-	1 163 710	0,06	-95,10
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	404	-	70 293	-	-99,43
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	87 213 950	3,97	75 715 850	3,95	15,19
Materiais elétricos e eletrônicos	209 780 100	9,56	153 961 252	8,04	36,26
Aparelhos transmissores e receptores	45 818 941	2,09	39 432 048	2,06	16,20
Aparelhos elétricos para telefonia	28 669 158	1,31	19 421 127	1,01	47,62
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	23 419 085	1,07	28 911 644	1,51	-19,00
Geradores e transformadores, elétricos	21 056 927	0,96	15 526 985	0,81	35,62
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	8 385 963	0,38	6 281 333	0,33	33,51
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 359 479	0,11	3 821 565	0,20	-38,26
Demais materiais elétricos e eletrônicos	80 070 547	3,65	40 566 550	2,12	97,38

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO					conclusão
	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	208 278 075	9,49	192 324 564	10,04	8,30
Óleos brutos de petróleo	144 620 803	6,59	164 817 818	8,60	-12,25
Óleos e combustíveis	56 106 098	2,56	3 791 794	0,20	1 379,67
Gasolina	2 763 133	0,13	-	-	-
Óleos lubrificantes	342 751	0,02	244 587	0,01	40,13
Demais derivados de petróleo	4 445 290	0,20	23 470 365	1,23	-81,06
Produtos metalúrgicos	69 095 447	3,15	49 823 457	2,60	38,68
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	5 516 306	0,25	6 574 880	0,34	-16,10
Produtos laminados planos de ferro ou aço	3 902 375	0,18	2 183 824	0,11	78,69
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	3 362 155	0,15	3 305 113	0,17	1,73
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	387 731	0,02	272 424	0,01	42,33
Ferro-ligas	280 966	0,01	-	-	-
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	100 800	-	-	-	-
Alumínio em bruto	62	-	-	-	-
Ligas de alumínio	-	-	4 534	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	55 545 052	2,53	37 482 682	1,96	48,19
Papel e celulose	52 755 391	2,40	39 544 247	2,06	33,41
Papel	28 232 141	1,29	16 853 198	0,88	67,52
Celulose	24 523 250	1,12	22 691 049	1,18	8,07
Produtos têxteis	46 082 519	2,10	42 205 442	2,20	9,19
Confecções	19 200 660	0,87	10 721 604	0,56	79,08
Fios sintéticos ou artificiais	8 927 191	0,41	8 839 934	0,46	0,99
Tecidos de algodão	79 405	-	44 586	-	78,09
Sisal em fibras, cordas e cabos	222	-	92	-	141,30
Fios de algodão	-	-	860	-	-100,00
Demais produtos têxteis	17 875 041	0,81	22 598 366	1,18	-20,90
Cereais	39 080 844	1,78	59 693 372	3,12	-34,53
Soja	36 422 119	1,66	133 317 717	6,96	-72,68
Soja mesmo triturada	32 658 619	1,49	127 017 484	6,63	-74,29
Farelo de soja	3 763 500	0,17	5 848 233	0,31	-35,65
Óleo de soja em bruto	-	-	452 000	0,02	-100,00
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	18 539 710	0,84	17 710 913	0,92	4,68
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	18 539 710	0,84	17 710 913	0,92	4,68
Madeiras e manufaturas de madeira	17 511 245	0,80	10 372 840	0,54	68,82
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	13 545 033	0,62	6 917 482	0,36	95,81
Madeira serrada	1 956 185	0,09	1 671 528	0,09	17,03
Madeira laminada	1 317 688	0,06	1 215 078	0,06	8,44
Madeira compensada ou contraplacada	13 795	-	53 283	-	-74,11
Obras de marcenaria ou de carpintaria	101	-	160	-	-36,88
Demais madeiras e manufaturas de madeira	678 443	0,03	515 309	0,03	31,66
Outros	246 805 967	11,24	203 139 823	10,60	21,50
TOTAL	2 195 168 750	100,00	1 915 936 904	100,00	14,57

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2004

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	231.860	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	230 866	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	268 303	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	289 707	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Mai	364 982	269 674	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	286 867	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	338 650	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	289 674	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	320 709	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	324 277	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	371 921	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	265 907	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	7 153 235	3 487 705	3 665 530	73 084 140	48 282 448	24 801 692
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 369	1 154 842
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 887 862	1 113 312
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 405	1 536 294
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 700	1 721 790
Mai	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 335	2 517 849
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 822	2 353 749
Julho	562 814	338 643	224 171	6 104 456	4 049 067	2 055 389
Agosto	830 396	288 957	541 439	6 403 412	3 730 552	2 672 859
Setembro	668 309.	320 710	347 599	7 280 148	4 615 727	2 664 422
Outubro	662 857	324 282	338 575	7 565 644	5 028 909	2 536 735
Novembro	519 165	371 920	147 245	5 980 003	4 259 465	1 720 538
Dezembro	554 477	265 898	288 580	6 748 148	3 994 235	2 753 913
2004 ⁽¹⁾	5 609 556	2 195 169	3 414 387	52 298 894	33 780 358	18 518 536
Janeiro	507 086	248 520	258 566	5 799 645	4 214 736	1 584 909
Fevereiro	520 516	258 253	262 264	5 721 636	3 748 046	1 973 591
Março	798 144	307 245	490 899	7 926 995	5 333 271	2 593 724
Abril	584 912	257 414	327 498	6 589 499	4 630 873	1 958 626
Mai	832 956	289 295	543 661	7 941 178	4 823 459	3 117 719
Junho	1 484 571	457 263	1 027 309	9 327 515	5 518 083	3 809 432
Julho	881 370	377 179	504 190	8 992 426	5 511 891	3 480 535

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - JULHO 2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Março	1,19
2000	6,23	Abril	0,87
2001	5,90	Mai	0,51
2002	12,02	Junho	-0,11
Janeiro	0,88	Julho	0,06
Fevereiro	0,20	Agosto	0,43
Março	0,40	Setembro	0,43
Abril	0,78	Outubro	0,26
Mai	0,47	Novembro	0,21
Junho	0,55	Dezembro	-0,05
Julho	0,52	2004	7,39
Agosto	0,60	Janeiro	1,72
Setembro	1,12	Fevereiro	0,48
Outubro	1,44	Março	0,48
Novembro	2,95	Abril	1,44
Dezembro	1,53	Mai	1,09
2003	6,46	Junho	1,27
Janeiro	1,88	Julho	0,70
Fevereiro	0,61		

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2004

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
Janeiro	0,52	0,19	0,36	-0,13	0,36
Fevereiro	0,36	0,18	0,06	0,14	0,58
Março	0,60	0,11	0,09	-0,11	0,55
Abril	0,80	0,70	0,56	0,75	0,33
Maio	0,21	1,11	0,83	1,27	2,53
Junho	0,42	1,74	1,54	2,5	0,57
Julho	1,19	2,05	1,95	2,82	0,29
Agosto	0,65	2,36	2,32	3,32	1,00
Setembro	0,72	2,64	2,40	3,84	0,71
Outubro	1,31	4,21	3,87	6,02	1,13
Novembro	3,02	5,84	5,19	7,45	2,45
Dezembro	2,10	2,70	3,75	3,14	1,70
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Maio	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	2,72	5,42	6,60	6,54	4,91
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Maio	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	1,22

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JULHO 2004

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Mai	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004												
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Mai	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JULHO 2004

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Maiο	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Maiο	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004												
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Maiο	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2004

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
Janeiro	29 285	125 037	238 069	58 952
Fevereiro	30 644	121 912	251 285	59 661
Março	31 048	117 157	315 491	68 877
Abril	37 331	119 122	286 166	58 986
Maiο	33 263	117 015	265 154	72 089
Junho	33 723	107 585	267 350	62 376
Julho	31 489	118 516	290 385	74 586
Agosto	31 562	115 781	297 533	67 730
Setembro	29 388	114 669	301 084	67 525
Outubro	33 943	129 388	331 778	66 908
Novembro	29 870	113 496	265 680	62 544
Dezembro	26 463	133 341	237 880	64 391
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maiο	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	95 622	746 881	1 744 249	385 398
Janeiro	14 941	127 247	251 311	58 860
Fevereiro	12 690	118 814	263 918	57 378
Março	18 185	131 563	345 506	64 512
Abril	15 605	136 898	323 807	65 531
Maiο	14 879	116 573	272 515	67 714
Junho	19 322	115 786	287 192	71 403

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2004

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																					
	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	
Combustíveis e lubrificantes	78,06	80,11	93,81	100,00	85,76	83,36	103,02	101,57	104,01	100,18	112,10	102,70	97,04	104,88	102,92	102,47	...	97,09	90,40	110,57	106,53	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	96,97	93,10	99,06	97,79	97,10	89,42	96,51	101,34	96,42	101,85	102,60	127,87	...	100,22	100,47	109,47	113,60	
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	97,30	93,35	99,12	97,91	97,07	89,36	96,53	101,33	96,38	101,69	102,37	127,61	...	100,38	100,49	109,48	113,72	
Têxtil, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	72,80	78,75	80,74	98,03	106,24	91,34	100,77	98,33	88,51	103,43	100,37	180,69	...	86,24	82,37	96,11	94,36	
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	97,29	82,75	83,65	87,02	98,31	83,15	96,55	93,17	93,77	103,40	103,95	176,97	...	118,40	92,30	109,96	103,61	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	101,77	93,22	108,26	106,42
Livros, jornais, revistas e papeteria	100,00	120,51	110,92	97,00	78,83
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	112,64	85,83	116,92	104,35
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	100,61	115,32	105,91	111,36
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	91,05	88,50	95,41	97,49	100,74	91,31	100,51	99,67	95,06	102,94	104,60	132,69	...	100,67	96,43	108,05	108,54	

FONTES: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2004

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)														
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	93,2	95,2
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	86,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	76,3	79,5
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	85,6	95,0
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	101,6	106,3
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	100,0	92,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	98,4	88,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	83,5	101,8
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	95,8	102,6
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	95,2	93,4
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	85,7	96,4
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	104,8	111,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	89,3	81,1
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	105,0	130,1
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	66,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	79,4	80,1

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)														
	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04
Indústria de transformação	98,3	104,0	103,4	100,5	115,4	112,1	117,1	122,9	109,1	96,9	-	97,3	101,9	114,3	106,8
Alimentos	93,4	102,8	116,3	105,4	118,2	122,5	121,9	121,7	105,2	93,2	-	83,0	84,2	102,6	113,9
Bebidas	97,1	72,3	77,2	74,9	86,9	90,4	93,3	114,3	115,5	129,7	-	91,3	99,1	104,2	91,7
Madeira	104,4	105,8	109,5	104,4	111,1	109,6	124,2	134,3	125,1	120,8	-	129,7	111,9	142,6	135,6
Celulose, papel e produtos de papel	101,8	98,0	90,2	105,0	103,1	105,0	103,9	103,0	98,1	101,3	-	104,3	95,9	103,2	102,0
Refino de petróleo e álcool	96,7	100,7	89,6	102,9	110,2	105,3	103,9	109,1	96,8	92,5	-	90,1	89,9	94,9	91,9
Outros produtos químicos	96,6	92,3	100,1	108,4	138,7	138,2	131,6	135,0	78,9	60,4	-	108,4	93,1	62,0	70,7
Borracha e plástico	102,5	86,3	89,1	76,9	92,3	98,8	93,6	110,0	101,9	92,2	-	105,0	98,4	105,5	88,0
Minerais não metálicos	101,6	96,2	101,4	93,4	102,9	98,7	94,9	99,1	97,7	91,4	-	91,0	90,2	99,7	92,3
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	98,4	96,6	95,6	90,3	102,9	95,3	106,8	109,8	110,8	94,6	-	98,9	92,0	116,1	97,0
Máquinas e equipamentos	104,4	106,6	100,7	81,7	112,8	115,8	120,5	144,6	158,6	104,1	-	93,4	117,7	133,1	113,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	95,2	102,4	102,7	92,7	128,2	92,0	98,7	109,5	85,2	90,2	-	81,5	81,6	93,9	92,6
Veículos automotores	121,9	116,2	137,2	95,6	127,6	128,9	113,5	128,7	127,0	78,4	-	130,9	139,3	166,8	155,6
Mobiliário	71,2	80,0	81,6	82,9	86,7	92,5	102,6	114,3	117,0	100,6	-	71,7	76,9	104,0	87,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Nova série, com a atualização da amostra de produtos e informantes e da estrutura de ponderação dos índices.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2004

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)									
	2001	2002	2003	Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03	Jul/03
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	100,35	101,08	101,97	102,43	103,39	103,39	103,13
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	95,84	96,52	97,89	96,84	95,79	97,05	91,46
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	100,41	101,15	102,02	102,50	103,48	103,46	103,26
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	109,63	108,94	113,51	118,04	118,94	120,28	120,41
Fumo	100,00	94,35	86,70	50,43	171,00	180,85	174,18	104,34	53,33	52,46
Têxtil	100,00	100,60	95,15	98,25	96,86	96,88	93,27	94,98	94,74	95,36
Vestuário	100,00	110,60	120,82	117,62	116,98	119,21	119,01	121,14	120,55	127,25
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	88,35	88,38	87,05	83,70	84,68	81,76	80,06
Madeira	100,00	90,52	87,71	91,52	93,16	92,73	90,37	89,69	89,35	84,73
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	110,62	113,98	114,47	108,90	108,02	107,79	113,23
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	87,92	90,95	98,56	120,37	187,11	190,39	189,46
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	89,69	90,55	90,37	88,33	84,34	81,70	86,36
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	98,23	97,83	96,39	97,41	97,69	96,47	93,98
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	110,09	109,05	108,71	108,61	108,42	106,96	113,04
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	73,15	75,37	74,70	79,05	79,52	84,71	79,47
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	94,93	100,54	102,08	102,48	96,96	96,51	95,24
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	119,29	119,83	119,88	124,84	125,85	123,26	118,04
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	103,37	102,59	96,72	91,37	92,37	93,00	89,91
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	92,53	93,86	94,67	95,44	96,02	96,91	97,68
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	71,28	71,31	70,61	70,49	69,26	70,76	68,16

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)									
	Ago/03	Set/03	Out/03	Nov/03	Dez/03	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04
Indústria geral	103,24	104,51	103,35	103,48	101,53	...	101,72	98,28	100,98	102,88
Indústrias extrativas	91,25	90,41	83,57	83,87	83,25	...	84,30	100,79	102,51	102,04
Indústria de transformação	103,38	104,68	103,58	103,71	101,75	...	101,92	98,25	100,96	102,89
Alimentos e bebidas	121,52	124,95	127,66	126,78	121,43	...	120,01	97,19	103,31	106,69
Fumo	52,17	52,17	51,59	50,43	47,53	...	68,69	589,22	639,87	551,25
Têxtil	95,84	95,66	93,33	94,06	92,58	...	92,42	105,23	110,00	107,24
Vestuário	123,93	125,08	121,76	120,19	117,09	...	120,73	97,61	100,50	108,04
Calçados e couro	79,18	83,47	82,48	81,47	75,78	...	76,30	93,69	94,04	96,01
Madeira	85,48	85,78	83,39	82,92	83,40	...	86,56	94,18	96,53	93,75
Papel e gráfica	113,38	113,65	114,94	116,17	115,79	...	116,62	100,33	99,09	98,51
Refino de petróleo e combustíveis	190,36	190,30	161,53	143,19	136,84	...	96,31	88,63	100,30	173,39
Produtos químicos	86,14	89,05	92,58	88,47	79,94	...	80,58	92,17	102,21	101,46
Borracha e plástico	92,28	90,34	82,97	84,94	85,78	...	87,14	103,09	101,04	101,78
Minerais não-metálicos	111,93	113,22	105,07	102,77	101,32	...	104,42	108,74	107,91	114,51
Metalurgia básica	71,90	71,24	76,69	77,09	72,98	...	74,98	106,68	111,61	104,20
Produtos de metal ⁽¹⁾	94,44	94,36	92,09	93,24	94,15	...	96,93	104,73	103,56	101,34
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	120,69	121,09	122,56	139,08	137,58	...	132,56	93,59	96,02	97,26
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	88,54	87,71	87,18	86,98	87,35	...	87,01	105,45	105,42	103,82
Fabricação de meios de transporte	98,38	97,81	98,58	97,07	96,79	...	97,84	98,12	98,60	97,27
Fabricação de outros produtos	70,04	73,78	74,92	75,05	74,84	...	75,62	98,41	98,51	95,17

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2004

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
Janeiro	2 438	358	-257	865	-2 302	-	1 102
Fevereiro	1 572	-553	1 068	3 227	197	-	5 511
Março	3 623	-1 569	1 580	3 922	1 205	-	8 761
Abril	8 059	361	1 500	1 345	5 047	-	16 312
Maio	5 559	1 446	1 646	2 005	6 342	-	16 998
Junho	1 545	531	2 337	2 431	3 726	-	10 570
Julho	1 829	954	1 617	382	208	-	4 990
Agosto	2 461	316	2 044	2 227	-343	-	6 705
Setembro	3 440	355	4 081	3 078	-719	-	10 235
Outubro	936	664	2 763	2 052	-1 476	-	4 939
Novembro	-1 949	-870	3 858	-247	-3 635	-	-2 843
Dezembro	-5 478	-3 369	-365	-6 988	-8 491	-	-24 691
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Maio	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	44 409	1 637	19 161	25 978	15 126	-	106 311
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Maio	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - DEZ 2002 - MAIO 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maio	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40
Outubro	8,50
Novembro	8,00
Dezembro	6,50
2004	
Janeiro	7,10
Fevereiro	7,50
Março	8,90
Abril	8,20
Maio	8,40

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2003

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002 ⁽²⁾	83 041	2,07	1 346 028	1,93
2003 ⁽³⁾	-	3,40	1 514 924	-0,22

FONTES: IPARDES, IBGE

(1) Preços correntes.

(2) No caso do Paraná, resultados provisórios.

(3) Estimativa.

PUBLICAÇÕES DO IPARDES

DISPONÍVEIS PARA AQUISIÇÃO

2000

Redes urbanas regionais: Sul
Monografias premiadas no 1º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade/Empresa:
as dimensões econômicas, sociais e pedagógicas do estágio
Paraná - projeção das populações municipais por sexo e idade - 2000-2010

2001

Zoneamento da APA de Guaraqueçaba (texto, CD-ROM e mapa)
Monografias premiadas no 2º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade/Empresa:
Tema: ações de mecanismos de interação universidade/empresa visando à inovação tecnológica
e ao desenvolvimento regional

2003

Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional: Paraná 2003
Paraná: diagnóstico social e econômico: sumário executivo
Famílias pobres no Paraná

Nº 101 - julho/dezembro 2001

Caracterização da Agropecuária Paranaense na Década de 90
*Marina Silva da Cunha e
Claudia Aparecida Toniato Chilante*

Fontes de Crescimento das Principais Culturas do Estado do Paraná (1981-1999)
*Lucílio Rogério Aparecido Alves e
Pery Francisco Assis Shikida*

O Complexo Agroindustrial da Soja no Paraná: um estudo comparativo com o Centro-Oeste do Brasil
*Antonio Zotarelli e
Antonio Carlos Lugnani*

Cooperativas Agropecuárias no Norte do Paraná: crescimento e capitalização da Valcoop e da Corol no período 1970-98
*Maria Eduvirge Marandola e
Antonio Carlos Lugnani*

Relações Intersetoriais e Inter-regionais nas Regiões-Pólo Paranaenses em 1995
*Antonio Carlos Moretto e
Joaquim J. M. Guilhoto*

Relações de Compra e Venda do Arranjo Produtivo de Celulose e Papel no Paraná em 1995: uma aplicação da análise de relações intersetoriais
*Carlos Henrique Passos Pacheco,
Ricardo Kureski e
Blas E. Caballero Nuñez*

Nº 102 - janeiro/junho 2002

Brasil em Fóruns Internacionais sobre Meio Ambiente e os Reflexos da Rio 92 na Legislação Brasileira
*Adriana Mathias Baptista e
Jaime César de Moura Oliveira*

O Papel do Estado nos Esforços de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira
Vanessa Fleischfresser

Trajetórias da Questão Ambiental Urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais
Adauto Lucio Cardoso

O Papel da Educação Ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade
*Suzana Machado Padua e
Lais Mourão Sá*

Seqüestro de Carbono Florestal: oportunidades e riscos para o Brasil
Manyu Chang

Avanços e Limites da Sustentabilidade Social
Guillermo Foladori

Nº 103 - julho/dezembro 2002

Fases do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense
*Mariano de Matos Macedo, Viviane Fiedler Vieira e
Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners*

Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná - 1985/2000
Daniel Nojima

As Exportações Paranaenses e a Competitividade do Complexo Agroindustrial
*Vanderlei José Sereia, Jorge Madeira Nogueira e
Márcia Regina Gabardo da Camara*

Lei de Responsabilidade Fiscal, Reforma Tributária e Impactos na Guerra Fiscal: uma análise empírica para o Estado do Paraná
*Sidnei Pereira do Nascimento, Camila Perri Pinto,
Jorge Madeira Nogueira, Márcia Regina Gabardo da
Câmara, Márcia Regina Godoy e Marina Silva da Cunha*

A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski

Agências Reguladoras: um referencial teórico para o entendimento de seu papel no ambiente atual
*Roosevelt Brasil Queiroz e
Kleber Prado Filho*

Nº 104 - janeiro/junho 2003

Inserção do Setor Florestal na Estrutura Econômica do Paraná: análise insumo-produto
*Gilson Martins, Néder Maciel Corso, Ricardo Kureski,
Roberto T. Hosakawa e Roberto Rochadelli*

Entraves da Comercialização à Competitividade do Milho Brasileiro
*Nivaldo José Panciano, Paulo Marcelo de Souza e
Alberto Martins Rezende*

Mudanças na Pauta de Produtos e Efeitos sobre o Perfil do Emprego Agrícola nas Regiões Sul e Sudeste - 1975-1995
Paulo Marcelo de Souza e João Eustáquio de Lima

A Política Industrial nos Anos 90 e a Alocação de Recursos Produtivos: guerra e renúncia fiscal
Krongnon Wailamer de Souza Regueira

Um estudo sobre o Eixo Cascavel-Foz do Iguaçu na Região Oeste do Paraná
Alfredo Fonseca Peris e Antonio Carlos Lugnani

Apontamentos sobre a Economia dos Municípios Atingidos pelas Hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional
*Carlos Alberto Piacenti, Jandir Ferrera de Lima,
Lucir Reinaldo Alves, Cezar Karpinski e Moacir Piffer*